



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Flexibilização do Mercado de Trabalho

Uma Análise Ética da Crise Económica Portuguesa

por

Nuno Manuel Alves Veiga

Católica Porto Business School

abril de 2019



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Flexibilização do Mercado de Trabalho

Uma Análise Ética da Crise Económica Portuguesa

Trabalho Final na modalidade de Dissertação
apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em gestão

por

Nuno Manuel Alves Veiga

sob orientação de
Professor Doutor Gonçalo Marcelo

Católica Porto Business School

abril de 2019

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação, que marca o início de uma nova etapa na minha vida pessoal e profissional, não teria sido possível sem a colaboração, ajuda e apoio de algumas pessoas.

Assim sendo, gostaria de deixar um especial agradecimento ao Professor Doutor Gonçalo Marcelo, meu orientador, pela orientação, apoio e conhecimentos que me transmitiu, assim como pelo tempo que dedicou ao longo destes meses. Sem dúvida que sem esta ajuda não teria sido possível levar a cabo este trabalho.

Aos meus pais e irmã, pela educação que me deram, as possibilidades que me concederam e a estabilidade familiar que me forneceram ao longo de todos estes anos. Não posso também deixar de fazer uma menção especial ao meu pai pelos conselhos que me deu no desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço também a todos os meus amigos, em especial à minha namorada Cláudia pelo apoio moral e as palavras meigas que me deu.

A todos vocês muito obrigado por me ajudarem nesta etapa da minha vida.

Resumo

A presente investigação analisa as implicações éticas e sociais da flexibilização do mercado laboral e das medidas de ajustamento que ocorreram no período da crise económica e financeira começada em 2008.

Procura-se perceber a dimensão que a ética tem na economia, e nomeadamente no mercado laboral. São igualmente abordados e analisados conceitos como o capitalismo e a noção de “espírito do capitalismo”, os direitos laborais, a precariedade e a austeridade. É igualmente feita uma breve abordagem à história da mais recente crise económico-financeira, desde a sua origem até atingir Portugal.

Conclui-se que as medidas de ajustamento e as medidas de flexibilização do mercado de trabalho colocaram em causa os mínimos de proteção social, segurança laboral e bem estar que respeite cada um e vise a realização do seu potencial. Isto ficou patente na forma como a crise, e estas medidas, atingiram de forma desigual as pessoas, penalizando de forma mais evidente o fator trabalho, e os mais pobres. Do ponto de vista dos resultados económicos, vê-se que a destruição de valor causada pelas políticas de ajustamento foi significativa, contudo foi possível corrigir desequilíbrios macroeconómicos, reduzir o défice, a dívida pública e criar emprego. Assim, o ajustamento era necessário de um ponto de vista económico, e alguns dos resultados são positivos. Porém, no que diz respeito à criação de emprego, a qualidade dos novos postos de trabalho entretanto criados é inferior à dos destruídos antes da crise, dado que o novo emprego é em geral mal remunerado e precário.

Conclui-se igualmente que a manutenção de padrões adequados de proteção social e segurança laboral é essencial para o desenvolvimento da sociedade em direção ao bem comum.

Palavras-chave: Crise, Ética, Flexibilidade Laboral, Medidas de Ajustamento

Abstract

This research analyzes the social and ethical implications of the labor market flexibilization policies and adjustment policies that took place during the crisis years, which started in 2008.

It aims to understand the link between ethics and economic practices, and namely within the labor market. It also delves on some concepts such as capitalism, the “spirit of capitalism”, labor rights, precariousness and austerity. We also present the history of the recent economic and financial crisis, from its start to its effects in Portugal.

The thesis claims that adjustment policies and labor market flexibilization policies endangered the minimum of social protection, labor security and well-being that is due to each and everyone, in order to foster his or her own potential. This was seen in the way the crisis, and these measures, stroke different people unequally, with labor and the poor being hit the hardest. From the angle of economic results, we can see that the destruction of value caused by adjust policies was significant, but that this was able to correct macroeconomic unbalances, reduce the deficit, public debt and to create jobs. Thus, the adjustment was necessary from an economic standpoint, and some results were positive. However, in what comes down to job creation, the quality of new jobs is lower to the one of those destroyed during the crisis, given that new jobs are in general underpaid and precarious.

The thesis also concludes that maintaining adequate levels of social protection and labor security is key to developing societies towards a common good.

Keywords: Adjustment Policies, Crisis, Ethics, Labor Flexibility,

Índice

| | |
|--|------|
| Agradecimentos | ii |
| Resumo..... | iv |
| Abstract..... | vi |
| Índice | viii |
| Índice de Abreviaturas..... | xi |
| Índice de Gráficos | xiii |
| Introdução | 15 |
| | |
| Capítulo 1 | 20 |
| Metodologia..... | 20 |
| | |
| Revisão de Literatura..... | 23 |
| | |
| Capítulo 2 | 23 |
| Definição dos conceitos principais e introdução aos fenómenos em análise..... | 23 |
| 2.1 Ética..... | 24 |
| 2.1.2 Ética económica e social..... | 29 |
| 2.2 Capitalismo | 34 |
| 2.2.1 Capitalismo | 35 |
| 2.2.2 Espírito do Capitalismo | 37 |
| 2.2.3 Neoliberalismo | 40 |
| 2.3 A Crise | 43 |
| 2.3.1 A crise de 2008..... | 45 |

| | |
|--|-----|
| 2.3.2 A vulnerável situação económica de Portugal antes da crise de 2008 | 50 |
| 2.3.3 A crise soberana em Portugal e o pedido de resgate..... | 56 |
| 2.3.4 Memorando de Entendimento – Impacto no Mercado de trabalho | 59 |
| 2.4 Austeridade e Precariedade | 60 |
| 2.5 Direitos Laborais | 63 |
| Resultados e Discussão | 68 |
| Capítulo 3 | 68 |
| 3.1. A importância do quadro normativo no comportamento humano | 69 |
| 3.2 A orientação social para o bem comum..... | 70 |
| 3.3 A necessidade de regulação e de uma ética na economia..... | 72 |
| 3.4 As decisões políticas em períodos de crise | 73 |
| 3.5 Segurança e Proteção Social como valores constituintes de uma ética social | 76 |
| Capítulo 4 | 78 |
| 4.1 Análise da evolução económica durante e após a crise | 78 |
| 4.2 Resposta à Questão de Investigação: Implicações éticas e sociais da flexibilização do mercado de trabalho..... | 88 |
| Conclusão | 95 |
| Limitações e Recomendações para Investigações Futuras..... | 98 |
| Bibliografia..... | 100 |

Índice de Abreviaturas

CDOs - Collateralized Debt Obligations

CDSs - Credit Default Swaps

EU- União europeia

EUA - Estados Unidos da América

FED - Reserva Federal Americana

IAS - Indexante dos apoios sociais

INE - Instituto nacional de estatística

N.I.N.J.A.s - No Income, No, Job or Asset

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PEC - Programas de estabilidade e crescimento

PIB - Produto Interno Bruto

PT - Portugal

UEM - União Económica Monetária

U28 - Os 28 países da união Europeia

Índice de Gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Dívida bruta de Portugal e dos U28 em % do PIB de 2004 a 2017 | 52 |
| Gráfico 2 – Dívida externa líquida em % do PIB..... | 53 |
| Gráfico 3 – Taxa de Crescimento Real do PIB..... | 79 |
| Gráfico 4 – Produto Interno Bruto..... | 79 |
| Gráfico 5 – Dívida bruta das Administrações Públicas em % do PIB | 81 |
| Gráfico 6 – Portugal: défice/excedentes..... | 82 |
| Gráfico 7 - Saldo da balança comercial..... | 82 |
| Gráfico 8 - Taxa de desemprego (%)..... | 83 |
| Gráfico 9 - População empregada | 84 |

Introdução

Este trabalho final de mestrado inscreve-se na área temática da ética e, mais especificamente, da ética social. Tendo em conta o contexto da crise económica e financeira em Portugal na última década, pretende-se analisar de um ponto de vista ético, filosófico e económico, uma das consequências desta crise de grande relevância, a flexibilização do mercado de trabalho.

Neste trabalho, procura-se perceber os diferentes valores envolvidos na realidade da vida laboral dos trabalhadores e das decisões que são tomadas em relação a ela em termos de políticas públicas, nomeadamente no que diz respeito às alterações ao direito do trabalho. E procura-se igualmente entender as implicações que estas alterações têm, as contradições que envolvem e a relação que isso eventualmente pode ter com outros direitos fundamentais.

A crise a que aludimos, antes de ser a crise da dívida soberana que atingiu a Europa, começou por ser a crise do *subprime*, iniciada já há mais de uma década, nos EUA. E apesar de, no momento da escrita desta tese, se poder dizer que a economia mundial, bem como a portuguesa, recuperaram a ponto de já não se poder falar da existência de uma crise, pelo menos se tivermos em conta, para Portugal, indicadores como a recuperação do crescimento económico e a queda do desemprego, a verdade é que alguns efeitos sociais, económicos e financeiros da crise continuam, em certa medida, a fazer-se sentir. E é por isso, e pela importância da análise ética destes fenómenos a qual é, em certo sentido, válida independentemente do contexto histórico já ser diferente (isto é, de já se ter, em certa medida, ultrapassado a crise económica), que a tese trata de um tema que ainda é atual, tendo sido essa uma das motivações para a escolha do tema.

Assim sendo, a tese inscreve-se, ainda que de forma modesta, no

seguimento de alguns trabalhos importantes feitos neste âmbito. É o caso do livro *Sociedade da Austeridade e Direito do Trabalho de Exceção* da autoria de Ferreira (2012), o qual procura explicar o problema daquilo a que se convencionou chamar a “austeridade”, designação mais crítica para as chamadas “políticas de ajustamento”, e que o nosso trabalho analisada; já Marcelo e Renaud, no livro *Ética, Crise e Sociedade*, explicam o desencadeamento da crise financeira nos EUA e sublinham a importância da análise ética dos fenómenos sociais, e sobretudo das crises (Marcelo e Renaud, 2011), como nós aqui também fazemos; e mencione-se ainda o livro *A Crise, A troica e as Alternativas Urgentes* (Abreu et al., 2013) que se dedica a explicar com um maior grau de detalhe a história da crise portuguesa.

Poder-se-ia, no entanto, pensar, que medidas como a “flexibilização” do mercado de trabalho devem ser objeto de uma análise apenas técnica, relativa aos seus benefícios económicos, ou falha em obtê-los. Mas optar por essa análise seria ignorar até que ponto ela está ligada a questões e problemas fundamentais, como o da desigualdade, ou da proteção dos direitos dos trabalhadores (por exemplo na questão da chamada “precariedade”, de que também tratamos nesta tese), que são de natureza ética e social, e aos quais somos sensíveis.

De facto, esta análise mais ampla da realidade laboral tem ganho especial relevância nos últimos anos, como consequência dos problemas sociais gerados pela crise económica e financeira (Marcelo e Renaud, 2011) e da crescente sensibilização da importância a nível ético e social do trabalho (Marcelo, 2015) e da recuperação da ligação entre a ética e a economia (Sen 1999; Martins, 2009).

Assim sendo, tomámos como ponto de partida para este trabalho a seguinte questão de investigação, de âmbito geral: Q1: Quais as implicações éticas e sociais das medidas de flexibilização do mercado de trabalho e das políticas de austeridade em Portugal no contexto da crise? Contudo, de forma a complementar esta questão mais geral, colocámo-nos também uma segunda

questão, Q2: Quais foram os resultados económicos provenientes destas políticas? Tendo em conta, assim, estas duas dimensões, a económica, por um lado, e a ética e social, por outro, as quais abordamos isoladamente para efeitos analíticos mas que, na realidade, acabam por estar interligadas e ter de ser ambas equacionadas em paralelo para se discernir o sentido destes fenómenos, colocámos igualmente uma terceira pergunta, Q3: Será que os resultados económicos justificam estas implicações éticas e sociais?

Para responder de forma adequada a estas questões, mobilizando sempre dados económicos e análises das vertentes ética e social, recorreremos a uma análise qualitativa utilizando um modelo hermenêutico, por a discussão incidir muito no ponto de vista ético e na análise profunda do sentido, apesar de também abordar os aspetos económicos e legais.

Posto isto, a estrutura da tese está dividida em três capítulos: metodologia, revisão de literatura e resultados. No primeiro capítulo, o da metodologia, explica-se melhor o ponto de vista adotado pela tese e os métodos utilizados para desenvolver a investigação.

Já no segundo capítulo, faz-se a revisão de literatura. Aí, definem-se os conceitos principais e introduz-se aos fenómenos em análise, através de uma abordagem que é simultaneamente conceptual, histórica e filosófica. Começamos, assim, por analisar o que é a ética e um pouco da sua história, seguindo para a sua relação com a economia, a sociedade e, subsequentemente com, o trabalho. Prosseguimos com uma análise do capitalismo (incluindo a noção de “espírito do capitalismo”) e da sua vertente mais recente e dominante em termos de ideologia e políticas públicas, o neoliberalismo. Depois de definidos estes conceitos será reconstituída a história da mais recente crise económico-financeira e das suas consequências, primeiro nos EUA e, depois, na Europa e em Portugal. Por último iremos perceber alguns elementos da situação do mercado laboral (e dos direitos laborais) e da forma como eles podem ser analisados de um ponto de vista ético, terminando com uma

apreciação das relações dessas situações com as políticas ditas de “austeridade”.

Toda esta análise histórica, filosófica e conceptual servirá para preparar a discussão sobre o que se passou no mercado laboral em Portugal durante o período de assistência financeira acordada com as instituições que compuseram a troika.

Assim, nos capítulos 3 e 4, e já familiarizados com o pano de fundo providenciado pela revisão de literatura, apresentam-se os resultados e discussão dos mesmos, explicando com os nossos argumentos os problemas éticos relacionados com a flexibilização do mercado de trabalho e a razão de ser de uma ética no trabalho, abordando temas como como a) A importância do quadro normativo no comportamento humano, dada a necessidade de se desenvolver um quadro de normas a seguir em sociedade; b) a orientação social para o bem comum visto que o homem apenas em relação, em sociedade, se cumpre, se realiza tornando-se primordial obrigação da sociedade garantir, a possibilidade de realização de cada um e, com isso, almejar o bem comum de todos; c) A necessidade de regulação e de uma ética na economia, pela facto de a ética ser inerente a esta, dada a sua própria natureza, enquanto regra sobre aspetos económicos das relações entre os sujeitos, d) As decisões políticas em períodos de crise, isto é, a ideia de que o Estado detém toda a legitimidade para regular as relações económicas, sendo que questões relativas à relação laboral nunca poderiam discutir-se numa base estritamente “economicista” mas antes ancorada em valores; e, por último, f) a segurança e a proteção social como valores constituintes de uma ética social, sendo que, na nossa opinião a dimensão ética mínima que qualquer economia deve respeitar, é aquela que resulta das condições de vida que a comunidade entende como mínimos para garantir a dignidade humana.

Tendo em conta este contexto, analisa-se a evolução da situação económica do país e, finalmente, responde-se às questões de investigação, de forma a procurar perceber os resultados da flexibilização do mercado de

trabalho, em termos das suas implicações éticas e sociais.

Por fim, após esta apresentação de resultados, termina-se este trabalho ao enunciar algumas conclusões, limitações que surgiram no decorrer da investigação e sugestões para investigações futuras.

Capítulo 1

Metodologia

De forma a ser possível começar a desenvolver e aprofundar este tema é de extrema importância apresentar e caracterizar o modelo e a metodologia utilizada nesta investigação.

Recorremos assim a uma análise qualitativa utilizando um modelo hermenêutico. Apesar de terem sido utilizados diversos indicadores e dados históricos, não é, de todo, nosso objetivo desenvolver um modelo quantitativo que relacione o nível de proteção laboral com o crescimento do país. Sendo esta uma investigação de carácter exploratório, balizada pelos estritos limites temporais disponíveis para a realização de uma tese de mestrado no formato atual, não temos a pretensão de esgotar toda a análise possível sobre este tópico. O comportamento humano é complexo e, até certo ponto, difícil de perscrutar e prever, pelo que aquilo que nesta tese se apresenta são hipóteses interpretativas dos fenómenos sociais e económicos que estudamos.

Na tese, procedemos à interpretação de vários textos e dados. Estes, por sua vez, aparecem ao longo dos capítulos da revisão de literatura, sendo que o ângulo de análise é o de, partindo de uma realidade económica, e que tem evidentes consequências do ponto de vista da gestão, analisar esta realidade de um ponto de vista ético e social.

Esta metodologia qualitativa recorre assim a um modelo hermenêutico (Marcelo, 2012) aplicado à realidade económica social. Este modelo tem vindo a ser utilizado por diversos investigadores e académicos como (Marcelo and Renaud 2011) e em investigações prévias a esta tese mas que seguem uma orientação semelhante como as de Carneiro (2016) e Puga (2016). O modelo tem implicações simultaneamente ontológicas (que a realidade é de determinada

maneira) e epistemológicas (que essa realidade pode ser conhecida), ambas relacionadas com o estudo do ser (neste caso, a realidade social) e a relação que as crenças têm com o conhecimento. A análise qualitativa, e o pressuposto hermenêutico, estão presentes pela crença de que este conhecimento, não sendo neutro, terá de ser desenvolvido através de interpretações, o que remete para a análise qualitativa.

Aplicando estes pressupostos metodológicos ao tema em análise, isso significa que os factos que analisamos não são meramente económicos ou legais (embora também o sejam) e, pelo contrário, também têm um significado que pode ser visto de um ponto de vista histórico, de reconstituição do que efetivamente se passou e porquê, e, mais que isso, contendo um significado propriamente filosófico, sobretudo por poder ser discutido de um ponto de vista ético. E é este o ponto de vista adotado aqui em relação às alterações no mercado de trabalho no período em análise, nomeadamente no sentido de uma maior “desregulação” ou, de forma mais rigorosa, de regulação tendo em vista uma maior “flexibilização” do mercado de trabalho português.

Assim, interpretando uma realidade que, de acordo com esta postura epistemológica, pode ser conhecida, recorre-se a uma metodologia de análise qualitativa. Significa pois que estes dados objetivos não são “neutros”, e, para serem interpretados, deverão ser esclarecidos eticamente, o que naturalmente implica analisá-los em termos dos valores que mobilizam, e em nome dos quais se pode avaliar determinada realidade económica ou social.

De facto, a investigação qualitativa é a investigação mais utilizada nas ciências sociais. É caracterizada por utilizar diversas estratégias de pesquisa (Berg 2001). A informação recolhida é designada como dados qualitativos, e, ao contrário de uma investigação com métodos quantitativos, não temos como objetivo desenvolver modelos formulados por variáveis que levam a um resultado mas sim estudar os fenómenos como os percebemos (Bodgan and Biklen 1944).

Aquilo que temos por objetivo é, isso sim, perceber os diferentes valores envolvidos na realidade da vida laboral dos trabalhadores, entender as suas implicações as contradições e a relação que isso eventualmente tem com outros direitos fundamentais. Assim, pareceu-nos fazer sentido seguirmos o método hermenêutico nesta tese. (Marcelo 2012) considera que o este método é o melhor quando se procura analisar a sociedade numa vertente ética, revelando assim aspetos valorativos de realidades que, para outros autores, são meramente económicas.

Revisão de Literatura

Capítulo 2

Definição dos conceitos principais e introdução aos fenómenos em análise

Esta secção pretende apresentar, com algum grau de detalhe, os conceitos fundamentais de que nos serviremos nesta tese, tais como os de ética (incluindo e sublinhando a sua aplicação aos domínios económico e social), capitalismo (incluindo a noção de “espírito do capitalismo”), e o neoliberalismo, também nas suas relações com as políticas ditas de “austeridade” e com o fenómeno da precariedade, e reconstituir a história da mais recente crise económico-financeira e das suas consequências sociais, primeiro nos EUA e, depois, na Europa e em Portugal. Toda esta análise histórica, filosófica e conceptual servirá para preparar a discussão sobre o que se passou no mercado laboral em Portugal durante o período de assistência financeira acordada com as instituições que compuseram a troika. Alguns elementos da situação do mercado laboral (e dos direitos laborais) e da forma como ele pode ser analisado de um ponto de vista ético são já aqui avançados, preparando o terreno para a discussão posterior, que será feita no capítulo dos resultados.

2.1 Ética

A ética é ao mesmo tempo um conceito e uma disciplina filosófica antiga. Porém, acontece à ética aquilo que acontece também a outras disciplinas: não existe uma definição da mesma que seja puramente consensual, existindo antes diversas “escolas” éticas, cada uma definindo o objeto da ética e, a partir daí, as indicações sobre o que deve ou não deve ser feito para se agir eticamente.

Mas a ausência deste “consenso” em relação à ética não nos deve impedir de fazer avaliações éticas. Para o fazermos, no entanto, precisamos de esclarecer alguns pontos prévios sobre o que é a ética e como recorreremos a ela nesta tese.

Em geral, costuma distinguir-se a ética fundamental (com diversas teorias éticas) e as éticas aplicadas, cabendo à ética fundamental definir o que é a própria ética e formular regras gerais para a ação, enquanto as éticas aplicadas se dedicam a tentar avaliar as questões éticas específicas de diferentes domínios, como a ética ambiental, a ética médica e a ética económica.

Não é nosso objetivo, nesta tese, desenvolver nenhuma teoria ética, nem entrar em questões de ética fundamental. Normalmente, as três grandes teorias éticas apresentadas são: a ética das virtudes, inspirada por (Aristóteles 2004), na qual o que importa é que os agentes ajam de forma a desenvolver as “virtudes” no contexto de um objetivo de felicidade; a ética do dever, inspirada por (Kant 2005), na qual o que importa é agir sempre de acordo com o dever de forma universalizável, independentemente das consequências da ação; e, finalmente, o utilitarismo, que é um tipo de consequencialismo e no qual, por isso, aquilo que importa são as consequências da ação. Falar-se-á mais sobre esta teoria no próximo subcapítulo.

Mesmo que não entremos na discussão destas três teorias, importa dizer que, nestas ou noutras teorias, podemos sempre fazer uma análise que não é só individual (o bem da ação para o indivíduo ou a sua ação “correta”) mas

também coletiva (o bem da ação para a sociedade). E é tendo em conta esta dimensão “comum” da ética, da forma como ela afeta o bem da sociedade, que pretendemos fazer a discussão.

Antes de entrarmos no campo específico da ética aplicada que pretendemos abordar, o da ética económica e social, vamos apenas fornecer mais algumas indicações sobre a forma como, com a ajuda de vários autores, balizamos a ética. Com efeito, é fundamental fornecer algumas indicações sobre a ética, de forma a não correremos o risco em que por vezes se incorre de se falar de ética sem indicar com alguma precisão aquilo a que nos referimos, dada a existência de várias orientações éticas diferentes.

Partamos da dimensão coletiva. A ética interessa ao homem enquanto animal de cultura e de relação. O homem só é homem e só se realiza na sociedade (razão pela qual (Aristóteles 2010, p.2) afirmava que o homem é um “animal político”) esta que lhe permite a “relação” com regras, com segurança, proporcionando-lhe as condições para a satisfação das suas necessidades, não apenas animais mas culturais e espirituais. Contudo, o campo onde ocorre esta relação necessita de algum tipo de ordem, já que as pessoas são diferentes umas das outras, com diferentes personalidades e maneiras de agir, diferentes inclinações e aspirações. De forma a coexistir na sociedade o ser humano tem de compreender estas diferenças e aprender a agir da forma mais harmoniosa possível.

Se o homem apenas em sociedade se realiza como ser cultural, então a primordial obrigação desta, entendida agora como conjunto de instituições que regulam a vida de cada um, é maximizar na medida do possível esse projeto de realização de cada um, não apenas para alguns mas para todos, estabelecendo uma afetação otimizada dos meios disponíveis. Cumpre à sociedade maximizar as possibilidades de realização do potencial de todos os seus membros, mediante o estabelecimento de regras, não apenas jurídicas, atribuindo direitos, atribuindo “liberdades”, mas também sociais. Esta é, no fundo, uma abordagem

que pode ser inspirada por Amartya Sen:

“The focus on human achievement and freedom, and on the need for reflective—rather than mechanical—evaluation, is an adaptation of an old tradition that can be fruitfully used in providing a conceptual basis for analysing the tasks of human development in the contemporary world.”

(Sen, 1989, p. 54)

A ética e a moral inserem-se aqui. A ética constitui como que um princípio prático orientador da conduta do sujeito em sociedade.

O termo vem do grego “ethos” que significa modo de ser. Pode ser entendida como um ramo da filosofia dedicado ao estudo da conduta individual, mas também da regulação coletiva. A sua origem, na Grécia antiga, é normalmente atribuída a Sócrates e à questão do “exame” pela qual a vida devia passar: para Sócrates, uma vida que não se questionasse não “valia a pena” ser vivida. Este questionamento desenvolveu-se depois, de diferentes formas, a seguir a Sócrates, em Platão, Aristóteles e muitos outros pensadores.

Autores como Amartya Sen (1999), por exemplo, sublinham estes dois aspetos, o individual, remetendo-o para Sócrates, a questão socrática de “como devo viver” e o coletivo, a orientação para o bem comum, à qual chama a “questão aristotélica”. Motta (1984, p. 69), por exemplo, sintetiza estes dois aspetos da seguinte maneira, na sua definição de ética: “Um conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens na sociedade em que vive, garantindo, outrossim, o bem-estar social”

Tendo em conta estes aspetos, o individual e o coletivo, podemos talvez concluir que a ética é a forma como o homem se deve comportar num determinado ambiente. E ela pode assumir diferentes significados dependendo do contexto em questão. Mas, ao mesmo tempo, seria também errado pressupor que, lá por haver uma influência recíproca entre o comportamento do indivíduo

e o da sua envolvente, os dois se confundiriam a ponto de não se poderem distinguir. Daí ser importante distinguir “ética” de “moral”.

O conceito de moral tem origem no latim “moralis”, relativo aos costumes, consistindo no conjunto de regras que em cada momento e local conduzem a comunidade.

Estas normas são adquiridas no decorrer da vida através da educação, da cultura, das experiências. Ao longo do tempo aprendemos a reagir de determinada forma a determinado acontecimento, pois sabemos que esse comportamento será bem ou mal aceite na sociedade. Moral sempre existiu, cada ser humano nas suas condições naturais tem consciência moral para distinguir o que é bom do que é mau em determinado contexto.

A ética, enquanto “modo de ser”, remete para intenção do sujeito. O sujeito que age de acordo com a ética não se limita a reproduzir o valor moral adquirido. Partindo do conjunto de conhecimentos morais extraídos da assimilação pela educação e aprendizagem, reflete sobre eles, de forma racional e fundamentada, consolidando uma “estrutura” interior própria sobre o bem e o mal.

Pode então entender-se a ética como a investigação do comportamento humano, mediante uma abordagem racional, tendo em vista explicar e perceber as regras morais. Mediante esse estudo adquire-se uma base de valores que possam orientar a ação individual e, porventura, orientar o progresso social, eliminando-se as componentes morais desajustadas para o tempo, seja em virtude do seu desfasamento para o nível de desenvolvimento que a sociedade atingiu (económico, cultural, valorativo), seja porque foram determinados pelos interesses particulares de pequenos grupos dominantes em determinada fase histórica da sociedade e que, à posteriori, a sociedade considera deverem ser ultrapassados.

Assim, a ética identifica e explica estas normas morais, o que acontece porque o homem não age apenas em “reação”, em conformidade com aquilo

que a sua educação, cultura e experiência lhe indicam, mas é capaz de agir em “ação”, de avaliar por si mesmo e atuar de acordo com as suas opções interiores.

Alguns autores, como por exemplo Vásquez (1998), afirmam que enquanto a moral é eminentemente prática, a ética é teórica e reflexiva. Elas estão interligadas, completam-se. Isto leva outros autores, como por exemplo (Ricoeur 1990), a tentar perceber de que forma elas se articulam, e a propor formas de pensar esta articulação. Segundo Ricoeur (1990) a ética tem primazia sobre a moral, no sentido em que a primeira questão que se coloca é a do “desígnio” ou desejo da “vida boa”, associado à ética aristotélica; mas o mesmo autor afirma também que este desejo do bem deve passar pela universalização das normas como acontece na ética kantiana do dever.

Portanto, a moral tem mais a ver com os comportamentos ou costumes adotados “normalmente” por cada um, em função da sua aculturação, e a ética prende-se com a avaliação das diferentes opções consoante os valores e a avaliação feita sobre estes por cada um. Podemos concluir esta secção dizendo que, independentemente daquilo que sejam as normas em vigor em determinado contexto, é sempre possível uma avaliação ética das mesmas e que isto se pode aplicar a diferentes áreas.

Nesta tese, discutimos, sobretudo, as relações laborais, e estas incluem-se num contexto económico e social específico. Por isso, e porque a ética pode ser aplicada a diferentes áreas, inscreveremos a nossa reflexão no contexto de uma ética económica e social.

2.1.2 Ética económica e social

A ética económica e social é uma disciplina muito debatida nos dias de hoje entre filósofos e economistas, e na qual se tenta encontrar um equilíbrio entre as políticas económicas e os limites eticamente aceitáveis do ponto de vista da sua repercussão sobre a sociedade e a economia em diferentes áreas, tais como a do trabalho. O objetivo deste subcapítulo é o de apresentar da forma mais sucinta possível algumas teorias basilares no âmbito da ética económica e social. Como explica Sen (1999) a ciência económica começou por ser um ramo da filosofia moral, sendo então a ética uma das origens da economia. Contudo, no âmbito da teoria económica, a dimensão ética tornou-se subsequentemente cada vez menos abordada. Mas esse papel secundário, ou inexistente, atribuído à ética na economia tem vindo a ser cada vez mais questionado, o que, em parte, talvez possa ser atribuído aos problemas sociais causados por fatores económicos.

Entre estes, as crises económicas contemporâneas desencadearam uma série de questões acerca da correção de teorias ou políticas económicas em que a dimensão ética é relegada para segundo plano, fruto de visões limitadoras, assim como sobre a sustentabilidade de ciências sociais nas quais a relação à ética parece inexistente.

Assim sendo, podemos afirmar que a recuperação da importância das análises éticas tem adquirido uma importância crescente, tendo a relação entre ética e economia vindo a fortalecer-se nos últimos anos. (Domingues, s.d.) Entre os muitos exemplos que poderíamos citar, sublinhemos apenas dois, pelo forte impacto que os seus autores tiveram.

Em 1971 John Rawls publicou o livro *Uma teoria da Justiça*, onde formula uma conceção da justiça em relação com a igualdade, abordando a questão da justiça distributiva, o qual teve um enorme impacto nas teorias da ética económica e social, que iremos abordar em seguida. A teoria de Rawls, que

recuperava com o seu método as antigas teorias do “contrato social”, revitalizou a discussão sobre as chamadas “teorias da justiça” e este livro acabou por se tornar, provavelmente, o livro de filosofia política mais importante do último século, sendo que, no seu cerne, se encontravam questões importantes de ética económica e social. Mais recentemente, como já referimos, Sen (1999) recorda a origem ética da economia e a importância das duas questões fundamentais (Martins, 2009), designadas como “socrática”, que se relaciona com as componentes motivacionais dos agentes económicos e a questão “aristotélica”, que se prende com o bem comum, e logo as suas implicações ao nível da distribuição, da sustentabilidade social e da economia.

Segundo Arnsperger e van Parijs (2005) no livro *Ética Económica e Social*, existem quatro teorias principais, que são diferentes formas de abordagem da ética económica e social: o utilitarismo, o libertarismo, o marxismo e o igualitarismo liberal de John Rawls. Este último reformulou os princípios fundamentais considerados nas outras teorias, relevando os princípios da liberdade igual, da igualdade de oportunidades e da diferença.

O utilitarismo, que já mencionámos acima, e que teve como principais proponentes Jeremy Bentham e John Stuart Mill, define-se pela ideia de que “uma sociedade justa é uma sociedade feliz” e essa felicidade depende da maximização do bem-estar individual e coletivo. Um utilitarista avalia a consequência das ações a partir das suas implicações para o bem-estar e a felicidade, sendo que quanto maior for o somatório de todas as utilidades individuais, melhor será a decisão (política ou não, individual ou coletiva) em questão. Contudo, uma interpretação estrita do utilitarismo é compatível com qualquer nível de desigualdade social que permita maximizar a utilidade.

Os libertaristas, como Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek, entre outros, criticam o utilitarismo por considerarem que a liberdade é um direito fundamental e não deve ser prejudicado em razão de uma prescrição coletiva. Estes defendem igualmente que “uma sociedade justa é uma sociedade

feliz”(Domingues, s.d., p. 13), contudo uma sociedade justa é uma sociedade livre. Nesse sentido, as instituições sociais devem funcionar de tal maneira que permitam aos indivíduos o maior grau de liberdade de escolha possível, garantindo direitos como liberdade individual e propriedade privada.

Já para os marxistas, a ideia de liberdade no modo de produção capitalista não pode ser desvinculada da ideia de exploração. Trata-se de uma teoria de análise socioeconómica, utilizando uma interpretação materialista da história, com uma visão dialética das transformações sociais. Cada tipo de estrutura económica dominante contém em si as contradições que implicarão o seu termo e o nascimento de uma nova estrutura. O sistema “capitalista” nascido da revolução industrial, é caracterizado pela exploração do proletariado (a classe dos trabalhadores) por parte dos detentores dos meios de produção (os capitalistas, isto é, aqueles que detêm o capital e pretendem acumulá-lo). Essa exploração é traduzida na desigual distribuição da “renda” (distribuição da riqueza produzida), apropriando-se o detentor dos meios de produção de grande parte da mais valia produzida, e deixando ao trabalhador apenas o necessário à sua subsistência, o que gera o conflito de classes. Para os marxistas, a intensificação do conflito implicaria em dado momento histórico a revolução social e a tomada do poder pela classe proletária, numa sociedade de propriedade essencialmente coletiva. Foram pioneiros desta posição Karl Marx e Friedrich Engels.

Por fim, John Rawls, pensador do igualitarismo liberal, considera que a justiça está correlacionada com o princípio da liberdade e da igualdade, contudo esta igualdade não é vista como igualdade de dotações, mas como igualdade de oportunidade de acesso aos bens sociais. Quer isto dizer que pessoas que vivem nas piores condições devem receber proporcionalmente mais do que as pessoas em melhores condições. Para os igualitaristas liberais a prioridade não é maximizar a produção da riqueza, mas sim melhorar as condições de acesso aos bens sociais dos membros menos favorecidos da

sociedade. (Domingues s.d., p.5)

Ao contrário de John Rawls, Amartya Sen não se limita a explicar a definição de justiça procurando explicar outras dimensões fundamentais nas quais a ética se interliga com a economia. Para Sen, uma justa distribuição dos rendimentos é também um instrumento para assegurar a procura agregada da população, assim como o funcionamento da economia. Assim, para Sen, como sublinha Martins, “a liberdade assente na ética é não apenas um fim, mas também um meio para a sustentabilidade do desenvolvimento.”(Martins, 2009, p. 22)

Para entender este aspeto, importa realçar o papel das *capabilities* (as capacidades, ou potencialidades) na teoria de Amartya Sen. Quer isto dizer que não basta uma preocupação distributiva/redistributiva para se poder considerar uma liberdade assente na ética, já que esta, para o ser verdadeiramente, implica a realização do potencial do sujeito, o qual, ao agir, constitui um meio e um sustentáculo do próprio desenvolvimento económico e social. Consequentemente, numa perspetiva inspirada por Sen, pode considerar-se que a crise económica e financeira terá até estado correlacionada com falhas nas questões socrática e aristotélica. Sen considera que os modelos matemático-dedutíveis considerados fundamentais para a economia, e que se tornaram de uso dispensável na chamada teoria neoclássica, não são apropriados para explicar estas questões, criticando estas teorias por se basearem em modelos que são sobretudo apropriados para as ciências naturais. Logo, torna-se necessário recorrer a teorias económicas alternativas que compreendam estas dimensões éticas.

Sen procura, assim, recuperar a dimensão ética da economia, sublinhando a expansão das potencialidades humanas como sendo não só o objetivo mas também um meio para atingir o desenvolvimento e o bem estar. Definindo-se esta potencialidade humana como uma conceção substantiva de liberdade humana na medida em que esta é um meio de realização do sujeito e

instrumento fundamental para o desenvolvimento e o bem-estar (Martins, 2009).

Como se pode ver, todas estas teorias lidam com valores e todas elas apontam não só para a possibilidade mas mesmo para a necessidade de considerar os fenómenos económicos de um ponto de vista ético, tendo também em conta os seus efeitos sociais. Para além disso, e se olharmos especificamente para a questão do trabalho e das relações laborais, em qualquer uma destas teorias é possível encontrar recursos para se pensar o trabalho e a forma como ele deve ser organizado de forma justa.

Por exemplo, numa perspetiva marxista, como vimos, pode encontrar-se uma crítica do capitalismo enquanto possibilidade generalizada de exploração dos trabalhadores por parte dos “capitalistas” ou, para o dizermos de forma mais neutra, os “patrões” e, por isso, vontade de se passar para uma situação onde esta “exploração” não aconteça. Ressalvando as devidas diferenças entre as teorias, também é possível argumentar que uma organização adequada do trabalho, que conceda direitos aos trabalhadores e capacidade para que vivam vidas “boas” (para usar a expressão de Aristóteles) pode igualmente ser defendida de um ponto de vista rawlsiano, como condição para se ter acesso a determinados bens sociais; do ponto de vista utilitarista, como forma de maximizar o bem-estar, ou de Sen, como forma de desenvolver as potencialidades humanas.

Percebe-se, portanto, que a economia e as teorias económicas não devem ser isentas da consideração de valores. Será importante considerar de que forma o trabalho pode ser avaliado, neste contexto, de um ponto de vista ético. Mas, antes de lá chegar, terá que se entender de que forma funciona aquilo que se costuma designar como “capitalismo” e que é o sistema económico que vigora nas sociedades em que vivemos.

2.2 Capitalismo

Para compreender o conjunto de fenómenos que são analisados nesta tese, importa esclarecer a noção de “capitalismo”, à qual alguns autores também se referem como “economia de mercado”. A redução do capitalismo à simples dimensão da economia de mercado é contestada, contudo traduz um aspeto essencial da sua natureza (a ênfase na liberdade de mercado), por contraposição às economias centralizadas, em que as decisões económicas, tais como os bens a produzir, níveis de produção, preços, são tomadas pelos governos, o que de alguma forma restringe de forma mais acentuada a liberdade dos agentes económicos. E é claro que isto tem exceções difíceis de caraterizar, como por exemplo o caso chinês, no qual o mercado é capitalista mas onde existe uma intervenção muito forte do Estado. Contudo, nas suas diversas formas, o capitalismo é o sistema económico adotado em quase todo o mundo, parecendo não admitir exceção e tornar-se quase inevitável, dado o fracasso histórico dos sistemas alternativos, como o chamado “socialismo real” da União Soviética.

É importante perceber que o capitalismo tem várias facetas e vários exemplos diferentes. Pode falar-se, por exemplo, dos aspetos de organização económica propriamente dita (incluindo as relações de produção e a divisão do trabalho), mas também dos aspetos culturais ou ideológicos do capitalismo, naquilo a que alguns autores (Weber 2003, [1905]; Boltanski e Chiapello, 1999) chamam o “espírito” do capitalismo. E também que tem diferentes formas ao longo da história, consoante vai evoluindo. Não se pode, por exemplo, achar que o capitalismo globalizado de hoje é o mesmo dos séculos XVIII ou XIX.

Para perceber estes diferentes aspetos, dividiu-se este capítulo da revisão de literatura em subcapítulos, respetivamente dedicados a fazer 1) uma introdução histórica ao capitalismo e uma apresentação das suas características

gerais enquanto sistema de organização económica; 2) uma explicação daquilo a que se chama o “espírito” do capitalismo, e que engloba a sua vertente “cultural”; e 3) uma análise daquilo a que se costuma chamar o neoliberalismo, e que parece ser a corrente dominante no capitalismo das últimas décadas.

2.2.1 Capitalismo

O capitalismo é um sistema económico e social baseado na propriedade privada e na acumulação de capital. Teve a sua génese na Europa Ocidental no século XV e está relacionado com as mudanças que existiram no sistema feudal, com o crescimento dos burgos e o desenvolvimento de uma nova classe social, dedicada à manufatura, ao comércio e atividades financeiras, a burguesia.

É importante perceber que, embora seja um sistema com uma história e exemplos diferentes, o capitalismo tem um conjunto de características principais, tais como a tendência de proteção da propriedade privada, a acumulação de capital, o trabalho assalariado, a troca voluntária, um sistema de preços e um mercado baseados na ideia de competição, a diferentes níveis. O principal objetivo deste sistema económico é a acumulação, seja ela definida como acumulação de capital, riqueza, dinheiro ou património. Por vezes também se argumenta, ainda que de forma crítica, que o que importa neste sistema é a extração da denominada “mais-valia” Marx (1993).

Outro dos aspetos que tem de ser mencionado é que o próprio termo “capitalismo” não é propriamente neutro, porque é muitas vezes usado de forma crítica. Já as descrições mais neutras ou defensoras deste sistema muitas vezes preferem simplesmente sublinhar as virtudes do mercado livre e do sistema de concorrência. Talvez seja útil recordar como é que dois pontos de vista muito diferentes, o do pensamento liberal clássico, exemplificado por Adam Smith, e o do pensamento de um crítico como Marx, olhavam para aquilo a que se chama capitalismo.

No livro *A Riqueza das Nações* Adam Smith (1988) tenta explicar o funcionamento da economia de mercado como consequência da “mão invisível” (uma imagem usada por Smith como analogia), não como algo mau mas como algo natural. A expressão pretende significar a ação da conjugação das vontades dos agentes económicos, introduzindo uma ordem no sistema, de forma natural, sem intervenção de uma entidade ou de entidades centrais coordenadoras ou reguladoras.

Smith refere, logo no primeiro capítulo, a divisão do trabalho como causa da riqueza, do aumento de produtividade, e conseqüentemente de produção e abundância. Essa divisão do trabalho, esclarece no segundo capítulo, resultaria da natureza humana, da propensão do homem para a troca e das diferenças naturais entre os homens, dotados de talentos distintos. A riqueza das nações resultará da liberdade dos indivíduos na manifestação da sua natureza. Ao gerar-se riqueza individual gerar-se-ia riqueza social para todos.

Para Marx, existe uma relação entre o modo de produção e as forças produtivas. O modo de produção, considerado como infraestrutura da sociedade, influencia e determina as diversas superestruturas, tais como formas de consciência social em geral, sistemas sociais, políticos, jurídicos, culturais, religiosos, etc. Nesse sentido, para Marx, o que importa verdadeiramente são as relações “infraestruturais”, ou seja, a parte propriamente “material” da forma como as relações de produção se organizavam.

De acordo com a teoria marxista, ao modo de produção capitalista corresponde uma estrutura de classes, na qual a propriedade dos meios de produção está nas mãos da classe dominante, a burguesia. Daqui resulta uma assimetria de poderes. De um lado estão os donos do capital, em menor número e geradores de emprego, do outro um enorme número de trabalhadores (para Marx, os proletários, isto é, aqueles que só tinham para vender a sua força de trabalho), em concorrência entre si, muitos deles desempregados e necessitados de meios de subsistência, o denominado “exército industrial de reserva”. No

entendimento de Marx, os trabalhadores geravam a mais-valia que era apropriada pelos “capitalistas” (a burguesia). As mais-valias estão associadas ao excedente que o trabalho humano dá ao empregador em relação ao que eles produzem e ao seu salário.

Marx acreditava que o capitalismo era uma realidade histórica que ia ser necessariamente ultrapassada: a seguir ao capitalismo viria o socialismo, tal como o capitalismo surgiu depois do feudalismo. Aquilo que acabaria com o capitalismo seriam as crises, como se verá em maior detalhe no capítulo sobre as crises.

2.2.2 Espírito do Capitalismo

Por vezes, quando se tenta perceber aquilo que é o capitalismo, apenas se tem em conta os seus aspetos “materiais”, que dizem respeito à forma de organização da produção. Contudo, existe uma linha de análise do capitalismo completamente diferente, mas também importante, e que tenta perceber de que forma é que o sistema capitalista influencia as crenças e os comportamentos dos agentes sociais, de forma a poder funcionar de forma eficiente.

De facto, segundo alguns autores, na abordagem de Marx é desvalorizada a importância dos fenómenos culturais (Marcelo, 2015), as crenças e valores são remetidos para a esfera da “superestrutura”, atribuindo todo o poder explicativo às relações económicas que se encontram no plano da “infraestrutura”.

Num plano de análise muito diferente do de Marx, encontramos Max Weber. Na obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, originalmente publicada no início do século XX, Weber sustenta que os agentes agem de certa forma, com crenças e valores que orientam a conduta dos indivíduos em determinado sentido. Aquilo que Weber analisa é a forma como alguns dos primeiros protestantes criaram, sem o saber, as condições materiais para o

desenvolvimento do capitalismo no século XVII, por causa das suas crenças religiosas. Para eles, ter sucesso neste mundo era visto como um sinal de salvação eterna e, por isso, investiam no desenvolvimento dos seus próprios negócios.

Se estas conclusões forem comparadas com as teses de Marx, percebe-se que o comportamento dos sujeitos não resulta mecanicamente da referida infraestrutura, sendo influenciado também pelas crenças, convicções, valores que orientam a conduta dos indivíduos, agindo em liberdade. Do diagnóstico de Weber, conclui-se que o comportamento económico dos indivíduos pode ter influências múltiplas, marcadas pelas convicções, cultura, valores, etc.

A este domínio das crenças e a sua relação com o capitalismo, Weber chamou um “espírito” (Weber, 2003) sem o qual o próprio capitalismo entraria em colapso. Mais recentemente, este tipo de análise foi renovado com a influência dos autores franceses Luc Boltanski e Ève Chiapello. Na obra *Le nouvel esprit du capitalisme*, referem existir um “conjunto de crenças partilhadas, inscritas nas instituições, investidas nas ações e, por isso, ancoradas no real” (Boltanski e Chiapello, 1999, p. 35) e que assim compõem o chamado “Espírito do capitalismo”.

O sistema nunca funcionaria caso não houvesse a colaboração voluntária de todos os agentes, nomeadamente daqueles que dependem dos rendimentos do trabalho. Isto acontece porque, no contexto das sociedades capitalistas, as pessoas (incluindo os trabalhadores) são imbuídos de crenças e valores que justificam o capitalismo, o que faz com que não seja concebida nenhuma alternativa que possa ser apresentada como sendo “melhor”. Através deste espírito o trabalhador tem a perceção que está a fazer o melhor a nível individual pois só assim terá sucesso, que é bom trabalhar para uma empresa capitalista; assim como a nível coletivo, porque se acredita que o resultado é o melhor para a sociedade em geral. Existe no capitalismo uma promessa de autonomia, segurança, respeito e dignidade.

Quer isto dizer, no entendimento de Boltanski e Chiapello (1999), que os trabalhadores tenderiam a não colaborar de forma tão fácil e pacífica neste sistema caso esta justificação de todas as práticas capitalistas não existisse e, assim, se tornasse mais claras algumas das injustiças e desigualdades que o sistema tolera.

No entanto, com a evolução histórica das sociedades o próprio espírito do capitalismo sofre alterações, constituindo assim aquilo a que Boltanski e Chiapello chamam as diferentes “fases” do espírito do capitalismo. Estas mudanças são manifestação da capacidade de sobrevivência do sistema e são justificadas como garantia da sua sobrevivência, conferindo-lhe legitimidade. São construídas como respostas às críticas que são feitas ao próprio sistema, constituem mecanismos com o objetivo de corrigir os pontos mais criticados, com valores como a flexibilidade, autonomia (parte integrante do chamado “novo espírito do capitalismo”, que surge sobretudo a partir da década de 1980), que permitem colmatar e camuflar essas falhas aos olhos dos atores sociais, criando geralmente uma relegitimação do capitalismo (Marcelo, 2015).

Uma corrente que tende a mostrar o capitalismo como a única alternativa possível e, portanto, a reforçar este “espírito do capitalismo”, é aquilo a que se tem chamado o “neoliberalismo”, e que é uma designação polémica, por não existir propriamente uma corrente que se assuma “neoliberal”. No entanto, o conjunto de tendências que marcaram o capitalismo nas últimas décadas tem de facto sido designado, por alguns autores, como o “neoliberalismo”, que analisaremos em seguida.

2.2.3 Neoliberalismo

O conceito de “neoliberalismo” tornou-se nas últimas décadas um conceito muito difundido em alguns debates políticos e acadêmicos. É considerado por muitos autores como sendo a ideologia dominante, mas não é, de modo algum, consensual. É um conceito utilizado para descrever aspetos muito diferentes, e no qual podemos distinguir, pelo menos, um aspeto ideológico e teórico, relativo aos valores que são defendidos e à forma como se acredita que a sociedade e a economia devem funcionar, e um conjunto de políticas públicas, que acompanham o aspeto ideológico e tentam colocá-lo em prática.

Mas o que é, então o neoliberalismo? Como assinalam Thorsen e Lie, a maior parte da literatura sobre este fenómeno é crítica: “practically everyone who writes about neoliberalism does so as part of a critique of neoliberal ideology”

(Thorsen e Lie, 2006, p. 2).

Este conceito, como o próprio nome “neoliberalismo” indica, pode ser visto como um descendente do “liberalismo” que, no entanto, exagera muitos dos seus traços, a ponto de ser alvo de muitas críticas. Em teoria, o neoliberalismo prender-se-ia com uma redução do Estado e uma insistência no mercado. Como resumem Howard e King, entender-se-ia, assim, o neoliberalismo “...as a doctrine and a related social practice. The doctrine is that all, or virtually all, economic and social problems have a market solution, with the corollary that state failure is typically worse than market failure.” (Howard e King 2004, p. 47) O neoliberalismo surge, assim, com o intuito de reduzir a dimensão da participação do estado no mercado e, conseqüentemente, liberalizar os mercados. Acredita-se que os mercados são autorregulados, existindo transparência de informação – ou seja, que os preços refletem sempre toda a

informação disponível no mercado e que os agentes são racionais. Facilmente se percebe que tais asserções não são realistas (Carneiro, 2016, p. 50). Nem a informação é sempre transparente, sendo que num mercado sem regra se permite o abuso e manipulação, nem os agentes se comportam sempre de forma racional, sobretudo se tivermos em conta os estritos limites do conceito de racionalidade pressuposto nesta teoria. Para além disso, os mercados podem ser manipulados por um conjunto diferente de factores.

De facto, segundo (Harvey, 2005, p. 11) o neoliberalismo tem como fundamento que a maximização do bem estar social apenas será alcançada quando o mercado funciona livremente. Mas isto só pode acontecer com uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e livre comércio, ou seja, segundo um modelo capitalista. O sistema jurídico do Estado deverá regular essencialmente a garantia e segurança do direito de propriedade, o direito dos contratos e a autonomia privada, tal como nos primeiros tempos do liberalismo, enfatizando os valores individuais da liberdade e igualdade (embora de um ponto de vista formal). O Estado deve proteger e promover a liberdade de mercado, em vez de impor constrangimentos. Representa, pois, a pretensão de um regresso ao estado do “laissez faire laissez passer”, ou seja, a um capitalismo, em teoria, o menos regulado possível.

Assim o estado deverá ser a favor e prosseguir políticas de liberalização económica, como “austeridade fiscal”, privatizações, níveis baixos de despesa pública, de modo a reforçar o papel do setor privado, preocupando-se essencialmente com a garantia da lei, designadamente do direito de propriedade, e da ordem e segurança.

Ora, aquilo que muitas vezes se critica nesta ideologia e conjunto de políticas públicas às quais se chama “neoliberalismo” é que tende a causar graves problemas sociais, como a desigualdade e a perda de direitos laborais, os quais se tornam ainda mais problemáticos em momentos de crise. Ao mesmo

tempo, e embora a teoria aponte para o enfraquecimento do Estado, a verdade é que só alguns dos seus elementos é que saem efetivamente enfraquecidos. Este pode ser o caso da Segurança Social, quando se perdem direitos sociais ou se enfraquece o poder dos sindicatos, como foi estratégia de Margaret Thatcher no Reino Unido. Mas, ao mesmo tempo, o poder do Estado é convocado, por exemplo para fazer aplicar a flexibilização do mercado laboral ou, por exemplo, para resgatar bancos em dificuldades financeiras em períodos de crise.

Vejamos com um pouco mais de detalhe dois aspetos associados ao neoliberalismo, a chamada “austeridade” e a “precariedade”. Não deixa de ser significativo que ambos os conceitos sejam, também eles, críticos. Quer isto dizer que a “austeridade” é, ela própria, um conceito usado a maior parte das vezes de forma crítica para denunciar aquilo que, em linguagem mais técnica e neutra, se chama as “políticas de ajustamento”. Da mesma forma, a denúncia da “precariedade” é o outro lado, de pendor crítico, daquilo que, de forma mais neutra, se costuma designar como a “flexibilização” do mercado de trabalho. Estas diferenças são semânticas, mas também apontam para o posicionamento ideológico de quem as defende: ou defendendo este tipo de políticas, ou criticando-o.

Recentemente, as denominadas “políticas de ajustamento económico-financeiro” surgiram no quadro da crise, e em certa medida serviram como mecanismo de políticas que os seus críticos apelidam como “neoliberais”, tendo em vista implementar uma série de medidas que, de alguma forma, também contêm um conjunto específico de valores: são medidas económicas que pretendem levar à disciplina, ao rigor, mas também à contenção económica, social e cultural. Neste contexto, e se tivermos em conta a crise das dívidas soberanas, que veremos em maior detalhe em seguida, pode-se dizer que as medidas de “austeridade” implementadas caracterizaram-se por uma forte contenção das despesas do Estado (com repercussão nas áreas sociais, como apoio social aos desfavorecidos, no desemprego, na reforma e velhice, na

saúde), aumento dos impostos (que recaíram sobretudo sobre a classe média, sobretudo a que vive de um salário, e que suportou uma parte considerável dos custos da crise), privatizações, diminuições salariais e a liberalização do mercado de trabalho, características de uma economia neoliberal.

Assim para perceber como na prática se adotou este modelo à crise das dívidas soberanas é necessário explicar a noção de crise e reconstituir o que se passou na crise global que, a dada altura, afetou Portugal.

2.3 A Crise

Neste capítulo iremos fazer uma breve introdução do significado de crise e posteriormente perceber o surgimento da crise vivida em Portugal, assim como as suas consequências sociais e, nomeadamente, ao nível do mercado de trabalho.

As crises económicas são evidentes, afetando ciclicamente todas as sociedades a nível mundial. São inúmeros os países que atravessam, em dados momentos, períodos de austeridade, resultantes da insustentabilidade das dívidas públicas ou dívidas soberanas, decorrentes de sobreendividamento das finanças públicas ocorrido nos períodos anteriores e durante o surgimento da crise. Esta, por sua vez, dá maior visibilidade a estes problemas, dadas as dificuldades em recorrer ao mercado de capitais por parte dos Estados endividados, com o crescimento exponencial dos juros que tinham que pagar, fruto da quebra dos índices de confiança que a crise instaura nos mercados.

As crises não são novas, podendo ser constatadas empiricamente ao longo da história (Reinhart e Rogoff, 2009). Sempre houve crises económicas, em todos os modelos de produção, contudo o sistema de produção capitalista, pela natureza do seu modo de funcionamento, engendra crises com mais regularidade e ciclicamente. Por outro lado, as crises desde sistema de

produção podem ser muito severas. Apesar das investigações realizadas tendo por base alguns indicadores económicos (dívida do Estado/país, taxa de crescimento económico) atualmente ainda se considera como limitada a capacidade de antecipar/prevenir este fenómeno.

Pode contudo verificar-se que existe uma tendência dos decisores políticos para ignorarem ou não levarem a sério o sentido de determinados indicadores económicos que ocorreram no passado de forma repetitiva antes da ocorrência das crises económicas, e desse modo, pelo sua inércia, com a sua falta de reação atempada, e com a tomada de medidas desadequadas face a tais indicadores, acabarem por contribuir para aumentar as consequências da crise. Este fenómeno é designado por Reinhart e Rogoff (2013) como o síndrome do “desta vez é diferente”. Explicam estes autores que os decisores políticos, quando vêm os primeiros sinais da existência de uma crise económica estimam ter o poder e o conhecimento necessário para contornar a crise, financiando ainda mais a economia com o intuito de a estimular, agravando as consequências desta. Frequentemente esse estímulo ocorre em áreas económicas com fraco poder de impulsionar a economia, ou despesa pública mal gerida – por exemplo, fomentam-se investimentos tendo em vista criar economias externas por parte do Estado, como entre nós nas vias de comunicação, por exemplo, mas sem a gestão adequada, continuando-se a investir muito para além do ponto de equilíbrio da utilidade marginal.

A crise é um sinal e ponto de rotura de uma ordem que se manteve estável durante um determinado período de tempo. Significa isto que a ordem está a alterar-se embora não se saiba bem em que sentido. A crise assinala as contradições da situação anterior, rejeitando-a, e abrindo a porta para uma nova ordem, que posteriormente resultará num processo semelhante, sendo considerado por muitos autores como um ciclo que se perpetua na economia (Marcelo e Renaud, 2011).

É certo que a sociedade está em constante desenvolvimento e mutação, a

ordem vigente num determinado local e numa determinada altura dificilmente seria sustentável durante um longo período de tempo. Neste contexto é necessário à própria ordem social, nomeadamente às normas e outras infraestruturas da sociedade, acompanhar o desenvolvimento desta. Quando se fala na necessidade destas adaptações, não se fala necessariamente na necessidade da existência de uma crise que sirva de intermediária para que elas ocorram. As crises consistem principalmente na alteração radical da norma previamente sustentada, e será tanto pior quanto mais graves forem as suas consequências. Uma crise de natureza económica, com a contração que implica na atividade das empresas e na produção de bens, e o correspondente reflexo na massa salarial, que diminui, fruto quer da menor oferta de trabalho, quer da diminuição dos salários, implica uma conseqüente diminuição da procura de bens, que vai agravar mais a situação das empresas, gerando problemas sociais gravíssimos, associados com o sofrimento das populações.

Foram estas algumas das consequências que a crise económica e financeira provocou em Portugal no início de 2010, na decorrência da crise que se iniciou no Estados Unidos da América (EUA) em 2008.

Feita esta introdução à noção de crise, é necessário perceber o surgimento da crise específica de que nos ocupamos nesta tese e, para isso, será preciso retrair de uma forma resumida, a história da crise de 2008.

2.3.1 A crise de 2008

A crise económica e financeira de 2008 teve como uma das suas causas a desregulação dos mercados financeiros, desencadeando-se com a explosão da bolha especulativa que se vivia no mercado imobiliário americano. As suas ondas de choque, partindo da bolsa de Wall Street, atingiram o mundo todo, não ficando incólumes os países mais desenvolvidos, designadamente na Europa, onde parte do sistema financeiro estava exposto aos produtos em

causa. No entanto para percebermos termos de recuar um pouco antes.

Marcelo e Renaud (2011) ajudam-nos a reunir todas a peças de forma a explicar o desenrolar desta crise. A desregulação do mercado financeiro e a criação da bolha especulativa tiveram como causa diversos fatores.

Nos períodos após a depressão decorrente da crise petrolífera de 1973 – 74, a América, após se ter desvinculado do acordo de Bretton Woods em 1973, levando ao seu fim, começou a crescer de uma forma estável, impulsionada pelo fim do padrão ouro-dólar que aquele acordo impunha. Seguiu-se uma onda de liberalização que deu origem a práticas neoliberais de livre mercado e de redução da participação do estado na economia.

Foi abraçada uma política monetária demasiado expansionista, levada a cabo pelo chairman da Reserva Federal Americana (FED), Alan Greenspan, caracterizada pela excessiva pressão em manter as taxas de juro em níveis demasiado baixos com o intuito de estimular a economia, como aconteceu. A forma excessiva de implementação dessa política acabou por criar condições favoráveis para o desenvolvimento da crise que iria começar nos EUA em 2008 e alastrar-se a uma escala global.

Paralelamente, assistiu-se à globalização dos mercados financeiros assim como a um aumento acentuado dos fluxos financeiros. O resultado disto foi um aumento global dos ativos financeiros em circulação pelo mundo.

Um fenómeno importante que explica o forte aumento das transações nos mercados financeiros, ou seja, “the increasing role of financial motives, financial markets, financial actors and financial institutions in the operation of the domestic and international economies” (Epstein, 2005, p. 3) foi o facto de países desenvolvidos, nomeadamente ao nível de infraestruturas, tendo menos necessidade de investimento direto na economia, uma vez que já controlavam a maior parte dessas infraestruturas, direcionavam as suas poupanças para os mercados financeiros, ao invés de as direcionarem para a indústria ou a inovação (Marcelo, 2011). Em grande medida, estes agentes económicos

estavam iludidos com as margens de lucro aparentemente “sem risco”, ou sem grande risco, que alegadamente proporcionariam lucro rápido. Ora, neste tipo de transações nenhum bem era criado, contudo havia a ilusão de se estar a criar riqueza, quando a única coisa para a qual se estava a contribuir era o agravamento de uma inevitável crise financeira.

Com o crescimento dos mercados financeiros e com o aumento do risco, começaram a ser criados portefólios de ativos mobiliários com o objetivo de reduzir este risco, acautelando as flutuações do preço e visando aparentemente melhorar a saúde financeira dos bancos. Neste seguimento surgiram os produtos derivados como por exemplos os famosos CDSs (Credit Default Swaps), que por sua vez, se tornaram um dos elementos principais da crise, através da sua relação com os produtos estruturados sintéticos os CDOs (Collateralized Debt Obligations).

Estes produtos permitiam transacionar o risco do crédito do produto, fazendo-o passar de carteira em carteira, transações essas que podiam ser infinitas. Esquematizando esta relação, o que acontecia era que um investidor quando possuía CDOs comprava CDSs de forma a cobrir o risco do CDO, ora se o CDO desvalorizasse a seguradora reembolsaria o investido. No entanto, o que acontecia era que investidores especuladores compravam CDSs apostando, por exemplo, que iria desvalorizar. Ou seja, tratava-se de investidores que ganhariam dinheiro se, por exemplo, no caso de CDOs baseados em hipotecas, as pessoas deixassem de poder pagar os empréstimos. Como exemplifica Marcelo (2011, p. 26), o seguro relativo a uma casa, que nos casos normais teria apenas um seguro, poderia chegar aos 100 seguros no mercado de derivados referentes aqueles empréstimo. Nestes casos as perdas por incumprimento eram excessivamente alavancadas, a seguradora em vez de ter de reembolsar apenas um cliente teria de reembolsar uma quantidade igual ao dos produtos derivados transacionados.

Em muito contribuíram para esta situação as agências de notação

financeira (ou agências de “rating”), nomeadamente as três grandes agências americanas: a Moody’s, a Fitch e a Standard & Poor’s. As empresas de rating classificavam estes produtos com a notação máxima (AAA), levando até os pequenos investidores, mesmo aqueles com um perfil de risco muito conservador, a aplicarem as suas pensões e poupanças nestes produtos.

Este processo, conjugado com o sonho americano de comprar uma casa, estimulou o aumento da procura no mercado imobiliário, o que proporcionou o aumento do preço das casas, criando uma bolha especulativa. (Marcelo 2011, p. 23) O motor desta bolha foi o crédito concedido, sem ele não havia forma de continuar a crescer, sendo que a certa altura eram exigidas cada vez menos condições para a concessão do crédito. Foram assim criados os produtos *subprime*, que consistiam em créditos concedidos a clientes sem possibilidades e sem garantias suficientes para beneficiarem de uma taxa de juros baixa (prime rate).

Chegaram mesmo a ser concedidos créditos a clientes conhecidos como N.I.N.J.A.s (No Income, No, Job or Asset) (Marcelo, 2011, p. 26). O que acontecia era que os próprios bancos não estavam preocupados com a capacidade de o cliente para pagar o crédito, visto que estes estavam cobertos por hipotecas, e com o mercado imobiliário em alta, iriam acabar por ter lucro sem risco eminente.

Pode-se afirmar que este “equilíbrio” era ténue. Continuando a conceder-se crédito a taxas de juro baixas e a conceder créditos *supprime*, o mais pequeno abanão acabaria por desencadear uma sequência de acontecimentos em cadeia, que levaria à explosão da bolha que se vivia no mercado imobiliário. Como referiu o CEO do Citigroup, Charles Prince, ao Financial Times em julho de (2007): “When the music stops, in terms of liquidity, things will be complicated. But as long as the music is playing you’ve got to get up and dance. We’re still dancing”.

Foi o que aconteceu quando os pagamentos dos empréstimos começaram

a falhar, em números que já não permitiam ignorar a situação. As casas eram entregues aos bancos americanos, situação que fez aumentar a oferta imobiliária. O crescimento da oferta fez diminuir o preço das casas o que provocou, por sua vez, uma diminuição da procura. O objetivo daqueles que adquiriam um empréstimo *subprime* falhava, uma vez que a possibilidade de venderem as suas propriedades a um preço superior já não era possível. (Carneiro, 2016, p. 60)

Consequentemente, os bancos foram obrigados a aumentar a taxa de juro devido ao número de casas na sua posse e ao facto de não conseguirem vender os CDOs. Assim, o número de empréstimos em incumprimento aumentou ainda mais, já que mais famílias começaram a falhar os pagamentos das suas hipotecas. Verificou-se, então, um efeito dominó, com a explosão da bolha imobiliária, instaurando-se a crise do mercado imobiliário.

A 15 de setembro de 2008 o famoso banco de investimento Lehman Brothers declarou falência. Algumas companhias de seguro quase seguiram o mesmo caminho, tendo o American International Group (AIG) sido resgatado. Os clientes não receberam as suas indemnizações referentes à desvalorização dos CDOs, instaurando-se o pânico e colocando o sistema financeiro mundial à beira do colapso.

As consequências decorrentes da explosão da bolha imobiliária nos EUA foram desencadeadas a um nível mundial. As diversas instituições e o mercado financeiro estavam ligados numa complexa escala global, e vários países não conseguiram evitar o impacto nas 'suas economias.

Os Estados, assim como Portugal, tentaram numa primeira fase contrariar a crise financeira contraindo dívida de forma a estimular as economias e ajudando os bancos a financiar-se a uma taxa de juro suportável.

Talvez se tenha observado, neste período, entre nós, o já citado fenómeno “desta vez é diferente” (Reinhart e Rogoff, 2013), . Portugal, dos 68,4% do PIB em 2007, a dívida passou para 71,7% em 2008, para 83,6% em 2009, atingindo os

três dígitos em 2011 (111,4%). Nesse contexto, e pela primeira vez na história, os mercados começaram a distinguir o risco de diferentes países da zona euro e alguns países, sobretudo os mais endividados e com economias mais frágeis, tipicamente os da periferia da zona euro, viram aumentar as dúvidas quanto à sua capacidade para pagar a dívida, aumentando assim o custo de financiamento e levando, nalguns casos, à necessidade de procurar programas formais de assistência financeira pelas instituições, nomeadamente a chamada “troika” (composta pelo Banco Central Europeu (BCE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Comissão Europeia).

Concluindo, a crise de 2008 começou pela bolha imobiliária que se estabeleceu nos EUA, criada pela política expansionista da reserva federal, mantendo as taxas de juro em níveis extremamente baixos, fornecendo todos os fatores favoráveis a criação de uma bolha imobiliária. A partir do momento em que o preço das habitações parou de aumentar, gerou-se uma quebra na procura e, conseqüentemente, um “default” dos devedores.

Percebem-se assim as razões que levaram à crise económica e financeira de 2008 que, a partir de determinada altura, se alastrou à Europa, na forma da crise das dívidas soberanas e, neste contexto, também a Portugal, levando à necessidade de se recorrer a um programa formal de assistência financeira, acordado com a troika.

2.3.2 A vulnerável situação económica de Portugal antes da crise de 2008

Muitas vezes, discute-se se a crise portuguesa foi de responsabilidade interna ou externa. Mas colocar a questão nestes termos é, talvez, falacioso; porque a crise surgiu certamente como consequência do contexto global, mas também encontrou uma economia que tinha fragilidades específicas, que

importa compreender. E aqui é útil recorrer ao livro *A Crise, A troika e as Alternativas Urgentes* (Abreu et. al., 2013) que estabelece a relação entre o que aconteceu no mercado financeiro e a crise que se desenrolou em Portugal em 2010 que levou à intervenção da troika em Portugal e as consequentes alterações no mercado de trabalho, incluindo a flexibilização.

O livro foi escrito como uma crítica da estratégia inscrita no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (vulgarmente conhecido simplesmente como “memorando de entendimento”) estabelecido com a troika, e a denúncia das suas consequências imediatas.

Segundo os autores, a UE teve um discurso que culpabilizava os países do Sul, como Portugal, Grécia, Itália ou mesmo a Espanha pelas práticas orçamentais insustentáveis prosseguidas até à grande crise internacional. Ainda de acordo com os autores, o governo de então, por sua vez, alinou na tese da culpabilização pela crise profunda que se vivia em Portugal em 2011, imputando-a não só aos erros de governação passados mas também e em parte ao comportamento irresponsável dos portugueses que “teriam vivido acima das suas possibilidades” e como consequência agora teriam de ser estes a corrigir o mal que foi feito nesse período:

“Com este discurso, repetido até à exaustão pelos comentadores do régie, procurou-se descredibilizar as posições criticadas e fomentar a autocupabilização, com o propósito de neutralizar a resistência dos cidadãos às políticas de austeridade”

(Abreu et al., 2013, p. 9)

O problema deste discurso, é que deixava de fora o que efetivamente foram as causas principais.

O que os indicadores nos mostram é que na véspera da crise financeira dos EUA o valor da dívida portuguesa em percentagem do PIB encontrava-se

em níveis idênticos aos observados na média dos da União europeia (UE). Foi a partir de 2008 que o crescimento da dívida bruta em percentagem do PIB disparou, atingindo 129 por cento do PIB em 2013, em contraste com os 68.4 por cento do PIB em 2007.

Se comparado com os níveis da dívida bruta em percentagem do PIB na UE, de uma diferença de apenas 10.9 p.p. em 2007 no final de 2013 essa diferença já se encontrava nos 64.4 p.p., como se pode ver no gráfico 1 abaixo.

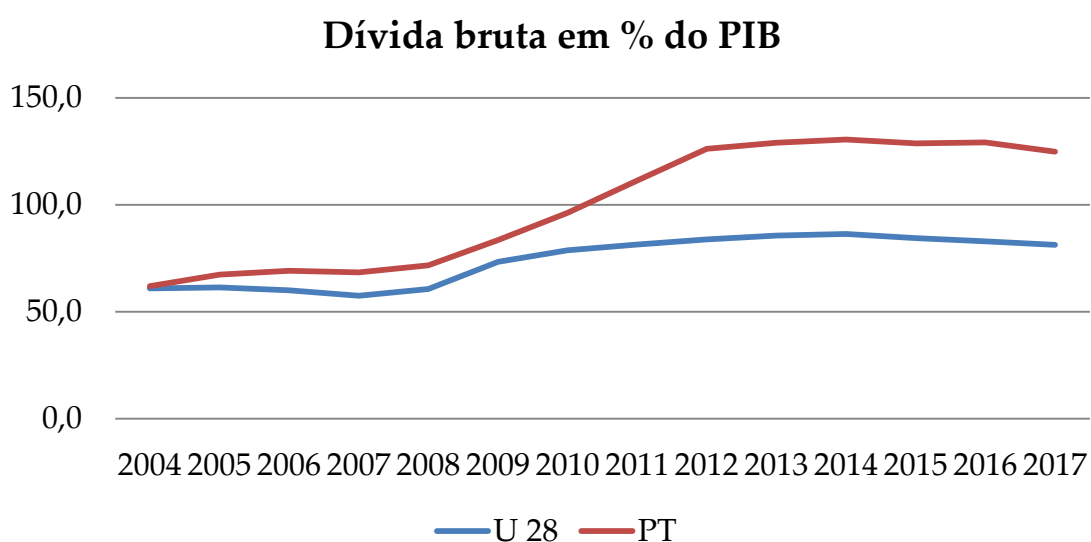


Gráfico 1 – Dívida bruta de Portugal e dos U28 em % do PIB de 2004 a 2017
Fonte: INE/PORDATA
Gráfico de elaboração própria

Ora, estes indicadores refletem uma divergência acentuada da dívida bruta em percentagem do PIB de Portugal face à média dos países da UE apenas nos períodos subsequentes à crise dos EUA. O que mostra o erro de qualquer discurso que culpabilize a suposta irresponsabilidade das políticas orçamentais prosseguidas até à grande crise internacional, pelo menos se essa alegada irresponsabilidade for apontada como a única ou principal causa pela crise portuguesa.

Após 2008 o aumento dívida bruta em percentagem do PIB surge como

consequência da retração da atividade económica, resultante da crise económica e financeira e das opções de políticas económicas adotadas desde então. O desemprego aumentou, instaurou-se um clima de insegurança e medo que por sua vez retraíram ainda mais o consumo.

Contudo, de acordo com esta explicação, estes fatores (crise internacional e políticas adotadas após 2008) não chegam para explicar o aumento da dívida portuguesa. Segundo os autores as economias da zona euro não se encontravam todas em condições idênticas quando se instaurou a crise financeira.

“De facto, embora a maioria dos estados-membros da EU tenham adotado estratégias semelhantes para responder à crise, as perturbações financeiras mundiais tiveram impactos distintos, conduzindo a uma degradação da situação económica muito mais acentuada em alguns países do que noutros.” (Abreu et al. 2013, p. 22).

O que distinguia países com melhores performances económicas, como a Holanda, Luxemburgo, Dinamarca e Bélgica, dos países do Sul era a acumulação de défices externos nos anos que precederam à crise de 2008 como se pode ver no gráfico 2 em baixo.

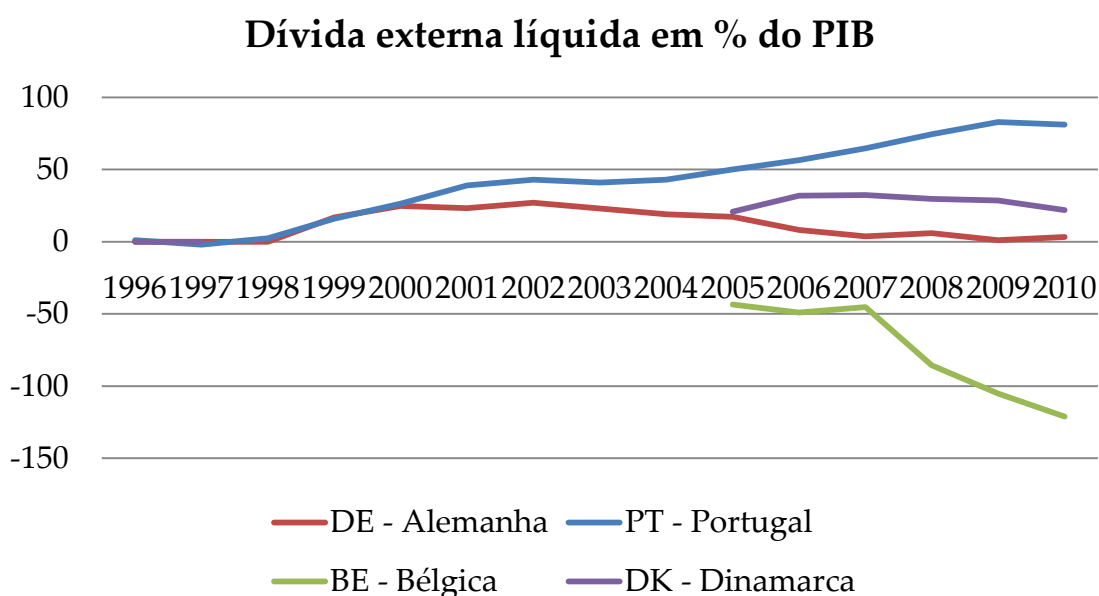


Gráfico 2 – Dívida externa líquida em % do PIB

Fonte: INE/PORDATA

Gráfico de elaboração própria

Estes desequilíbrios macroeconómicos começaram a desenvolver-se no início da década de 1990, resultantes da liberalização e desregulação do sistema financeiro, no seguimento da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) e da inadequação das decisões da UE face à diversidade de características estruturais das economias nelas participantes.

Assim, quanto maior a dívida externa mais dependente é o país. Isto transmite uma imagem errada para os investidores, firmando-se a ideia de que esses países têm dificuldades em criar riqueza suficiente para financiar as suas próprias necessidades e, conseqüentemente a sua capacidade para pagar as dívidas será cada vez menor. Adicionalmente, a necessidade de liquidar estes créditos requer a relocação de uma parte substancial da riqueza produzida todos os anos para o exterior, que por sua vez dificultará ainda mais o crescimento futuro. Os investidores internacionais tornam-se precavidos ao risco associado aos empréstimos a conceder e conseqüentemente aumentam a taxa de juro, tendo sido esta a principal razão que levou Portugal a não conseguir sustentar o nível de défice e ser obrigado a recorrer à ajuda pedida às instituições que formaram a troika. A explicação deste fenómeno será desenvolvida no subcapítulo seguinte. Por agora iremos explicar de uma forma resumida o que aconteceu em Portugal para que tivesse acumulado estes défices externos.

São destacadas três causas principais, a privatização e desregulação do setor financeiro, a liberalização dos movimentos de capitais e as políticas de estabilidade cambial, pilares fundamentais para as economias (Abreu et al. 2013, p. 26).

Com estas condições asseguram-se elementos favoráveis para o financiamento da economia nacional, facilitando-se as operações das empresas nos mercados internacionais. Adicionalmente, as políticas de estabilidade cambial asseguram aos investidores o valor dos seus capitais no futuro,

atraindo por sua vez ainda mais capital. O grande afluxo de capitais faz aumentar o investimento e o consumo, o que contribui para estimular a economia e atrair ainda mais capitais. Consequentemente, inicia-se um período de rápido crescimento. Resultado que num primeiro momento foi observado em Portugal, contudo com custos que se fizeram notar na crise financeira de 2007.

Historicamente, Portugal tem um défice crónico na balança comercial, importando mais do que exporta. A partir de 1990, com o comércio internacional em forte expansão, o peso nas exportações do PIB manteve-se praticamente inalterado enquanto as importações cresciam e os produtos nacionais perdiam quota de mercado. Em contraste, os bens não transacionáveis (imobiliário, construção, cadeia de hipermercados entre outros) tornaram-se mais apelativos em detrimento dos bens transacionáveis, isto porque os investidores sentiam-se seguros devido à moeda europeia. O setor financeiro, sem problemas em aceder ao crédito no estrangeiro, concedia com facilidade crédito àqueles setores não transacionáveis, de limitado retorno, agravando paulatinamente a situação, já que os custos de tais capitais procurados no estrangeiro tinham que ser pagos.

Perante o aumento dos fluxos de capitais, em parte considerável investido em bens não transacionáveis, como referido, observou-se uma disponibilidade de créditos baratos, o aumento do rendimento, do consumo, fatores favoráveis ao crescimento da economia.

Este rápido crescimento económico refletir-se-ia num aumento geral dos preços, que consequentemente resultou na perda de competitividade. Normalmente, o poder político socorrer-se-ia da desvalorização da moeda de forma a reconquistar alguma competitividade, contudo esta política ficou interdita com a adesão à moeda única.

Num primeiro momento, estes fluxos de capitais continuaram e permitiam compensar a perda de competitividade face aos países “virtuosos”

do norte da Europa, uma vez que assegurava o financiamento da economia portuguesa mesmo estando a acumular défice externo.

Mas, na verdade, a generalidade dos agentes económicos aumentou o seu endividamento, e em face da situação económica favorável, os contínuos fluxos de capital contribuiriam para o crescimento e desenvolvimento da economia, consequência essa que os decisores políticos esperavam.

Em resumo, a sujeição de economias com características distintas às mesmas regras teve como resultado a acumulação de dívida externa nos países em que o preço era fundamental na determinação da competitividade internacional em relação aqueles que acumularam excedente nas suas balanças, nos quais a concorrência se faz mais pela sofisticação tecnológica do que pelos preços (Abreu et al., 2013, pp. 38-39). Assim, quando se instaurou a crise financeira global iniciada nos EUA, a economia portuguesa encontrava-se vulnerável.

É importante contudo esclarecer que a entrada de Portugal na UE, e a globalização dos mercados a que este movimento está associado, são, na nossa opinião, fenómenos globalmente positivos. O problema consistiu na adoção das mesmas de regras e decisões políticas para todas as economias. Sendo que, como explicamos, os países detinham diferentes estruturas económicas, estando uns mais preparados e em condições mais favoráveis para aproveitarem as transformações na economia europeia e global.

2.3.3 A crise soberana em Portugal e o pedido de resgate

A forma como se desenrolou o contágio da crise financeira de 2008 pode analisar-se em duas linhas essenciais. A primeira relativa aos efeitos diretos da crise e a segunda relativa à resposta da UE no período subsequente a 2008. (Abreu et al. 2013, pp. 46-61).

Num primeiro momento, a UE procurou travar a recessão com políticas

contracíclicas de estímulo à economia, assim como diversas medidas vocacionadas para restabelecer a confiança do mercado financeiro¹. A UE chegou mesmo a destacar que as políticas de proteção e de inclusão social seriam fundamentais para ultrapassar a crise (Abreu et al., 2013, p. 4).

Nesta medida, a própria UE apontou o caminho a seguir por Portugal, o que se traduziu na iniciativa Investimento e Emprego, aprovada a 13 de Dezembro de 2008. Foram implementadas medidas de estímulo à procura, aumentando a despesa pública e reduzindo a pressão fiscal. Segundo os autores a despesa pública cresceu em maior medida devido às despesas sociais do que devido às despesas específicas de estímulo à economia, sendo que de um aumento de 2,8 mil milhões de euros apenas 824 milhões foram alocadas a medidas específicas de estímulo à (Abreu et al., 2013, p. 20).

Estas medidas específicas implementadas pelos países da UE nesta altura, e nomeadamente por Portugal, encontram-se nas antípodas da lógica de austeridade que iria vigorar em Portugal a partir de 2010. E tais medidas, como já referido, foram posteriormente utilizadas como razão pela própria UE para culpabilizar os estados e suas populações, como Portugal, da situação financeira em que se encontravam.

A crise financeira internacional associada com a política levada a cabo resultou num crescimento forte da dívida pública. Note-se que, apesar das dificuldades estruturais da economia nacional entre 2008 e 2009, a dívida pública manteve-se idêntica ao observado nos restantes países da UE, embora já um pouco acima e dando nota de uma tendência de crescimento.

A partir de 2009, e em consequência dos aumentos consecutivos do nível de dívida pública, com especial relevância dos elevados níveis de

¹ Plano de relançamento da Economia Europeia de 26 de novembro, http://europa.eu/rapid/press-release_IP-08-1771_pt.htm

endividamento externo, as taxas de juro dos títulos da dívida do estado português começaram a distanciar-se em relação aos restantes países da UE. Face às incertezas dos investidores em relação à capacidade de os Estados pagarem as suas dívidas e ao insucesso das políticas até então praticadas, a UE inverteu a suas políticas impondo a adoção de medidas de forte contenção orçamental. Estas respostas hesitantes e contraditórias contribuíram para as incertezas dos investidores fazendo agravar ainda mais as condições de financiamento tornavam-se cada vez mais insuportáveis.

Uma das razões que contribuíram para isto foi, alegadamente, um estudo económico (Reinhart e Rogoff, 2010) nomeadamente o artigo “Growth in a Time of Debt”, o qual argumentava que um país com mais de 60% de dívida externa em relação ao PIB teria muitas dificuldades em crescer, sendo que quanto maior fosse a dívida, em percentagem do PIB, mais difícil se tornaria o crescimento. A certa altura achou-se que era impossível crescer caso houvesse uma dívida pública muito elevada. Ironicamente concluiu-se mais tarde que os resultados tinham sido mal calculados, sendo difícil de provar a correlação entre a dívida externa e o crescimento.

Portugal procurou responder a estas dificuldades através de reformas estruturais e de redução do défice consubstanciada nos sucessivos programas de estabilidade e crescimento (PEC) onde se começou a recorrer ao trabalho como solução para a crise. O PEC IV incluía medidas que implicavam uma menor segurança social, nomeadamente uma nova revisão da legislação laboral, um aumento dos impostos e uma diminuição de rendimentos.

Contudo o PEC IV foi rejeitado pela assembleia da república a 23 de março de 2011, obrigando Portugal a solicitar assistência financeira 2 meses depois, levando à intervenção da troika em abril de 2011, e que levou à reformulação do mercado de trabalho e a sua conseqüente liberalização, ponto que iremos abordar de seguida.

2.3.4 Memorando de Entendimento – Impacto no Mercado de trabalho

Com o objetivo de atingir certos níveis de poupança e de estimular a economia, o memorando estabelecido com a troika a 17 de maio de 2011 propôs diversas reformas na legislação do trabalho e no mercado laboral. E, apesar de nem todos terem sido aprovados, muitos deles ainda hoje se encontram em vigor (Brito et al., 2014). A ideia destas reformas seria estimular a economia e o emprego em Portugal².

Assim, procurou-se reduzir o desemprego de longa duração, reduzindo a duração máxima do subsídio de desemprego de três anos para 18 meses e limitando-o a 2,5 vezes o indexante dos apoios sociais (IAS), com uma redução de 10% passados 6 meses.

Tentou-se promover a criação de novos postos de trabalho, através da alteração das regras relativas à flexibilização horária e criando-se o banco de horas, bem como através da redução da compensação por ano de trabalho, à qual o trabalhador tinha direito em caso de despedimento passando de 30 para 12 dias por ano de antiguidade. Foi ainda desenvolvido o regime que permitia a redução ou suspensão do horário de trabalho em casos de crise empresarial. Diminuiu-se igualmente o custo do trabalho, congelando o salário mínimo em € 485 (2011). Foi também criada uma maior rigidez para a criação e extensão das convenções coletivas de trabalho.

Procurou-se igualmente aumentar a competitividade das empresas flexibilizando o mercado de trabalho, através da flexibilização dos critérios de despedimento desde os critérios associados à extinção dos postos de trabalho, deixando os empregadores de estar obrigados a procurar um posto de trabalho

² Memorando de entendimento sobre as condições de política Económica – Tradução em português disponível em https://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou_pt_20110517.pdf

compatível com o perfil do trabalhador dentro da empresa, exigência que em 2014 voltou a ser reposta. Já em 2009, ainda antes da intervenção da troika, com o novo código do trabalho se procurara flexibilizar o horário de trabalho implementando o “banco de horas” e introduzindo uma regulamentação mais permissiva no regime de adaptabilidade, e foi desenvolvido o regime que permitia a redução ou suspensão do horário de trabalho em casos de crise empresarial.

Contudo, apesar destes sacrifícios e outros para o trabalhador, como a redução do tempo necessário para aceder ao subsídio de desemprego de 15 para 12 meses, em alguns casos alargou-se a elegibilidade para o subsídio de desemprego para trabalhadores independentes.

Concluimos assim que a chegada da troika e a aplicação destas medidas proporcionou uma liberalização do mercado de trabalho, facilitando os despedimentos e, pelo menos até certo ponto, fragilizando os direitos laborais.

Isto pode-se tornar problemático por se estar também a fragilizar o que já era frágil, (o trabalhador precário), assim importa ainda percebermos o que é um trabalhador precário.

2.4 Austeridade e Precariedade

Se tivermos em conta os efeitos reais de todas as mudanças no mercado de trabalho, e que são o resultado de décadas de alterações, não só durante crises como esta, embora tendam a acelerá-las, o que se verifica é uma alteração muito significativa da estrutura dos empregos disponíveis. Alguns autores, como (Standing 2011)) falam na criação de um “precariado global” como resultado do neoliberalismo, e que passou por uma estratégia para transferir o risco e a insegurança para os trabalhadores e as suas famílias, deixando-os sem qualquer âncora de segurança (Standing, 2011, p. 1).

Para Standing, o precariado deve ser entendido como algo de diferente das classes “trabalhadoras” ou daquilo a que Marx chamava o “proletariado” (Standing, 2011, p. 3). O paradigma tradicional do trabalho criava a expectativa legítima de obtenção de empregos estáveis, com horários de trabalho fixos, estruturas claras de progressão salarial e de carreira, um conjunto de direitos laborais (muitas vezes assegurados pela negociação coletiva) e uma identidade profissional estável. Mas os precários vêm-se muitas vezes privados de todas estas componentes, sujeitos a trabalhar com vínculos laborais inexistentes ou sem qualquer tipo de segurança, mal pagos e, por vezes, até sem qualquer tipo de identidade profissional, uma vez que são forçados a recorrer a qualquer tipo de trabalho disponível, desempenhando diversas tarefas diferentes ao longo do tempo ou até ao mesmo tempo, para poderem auferir rendimentos suficientes para a sua subsistência.

O resultado desta situação, como Standing (2011, p. 3) alude é que os precários muitas vezes acabam por ter uma “existência precária”, o que significa que a insegurança laboral de que sofrem acaba por se estender às suas próprias vidas, o que tem efeitos que são eticamente reprováveis, como veremos adiante. Numa situação deste género, em mercados laborais marcados pela precarização dos vínculos e perda de direitos dos trabalhadores, uma crise e consequente imposição de medidas ditas de “austeridade” acaba por ter efeitos ainda mais perniciosos.

Nestas situações, a conclusão a que muitos autores têm chegado e mencionada em diversos documentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é que os mercados financeiros acabam por ser salvos pelos próprios trabalhadores através das medidas de austeridade, quer por cortes salariais e perdas de benefícios, quer pela supressão de formas de conflito e de direitos individuais apresentados pela conjuntura do momento como inevitáveis (Ezcurra and Rodríguez-Pose, 2014, p. 19), o que como vimos é problemática e mesmo criticada por diversos cientistas sociais e mesmo

políticos.

Alguns autores, como Ferreira (2012, pp. 13-21) afirmam que a austeridade não mais é do que um modelo punitivo em relação aos indivíduos, orientado pela ideia de que os excessos do passado deverão ser corrigidos pelos sacrifícios do presente, procedendo conseqüentemente a um processo de erosão dos direitos sociais e liberalização económica: “em última análise, é no esforço dos cidadãos que residem as soluções para a crise”. (Ferreira, 2012, p. 21). Se tivermos em conta a situação portuguesa, e sem esquecer os erros cometidos anteriormente, designadamente ao nível da natureza da despesa pública, como em termos paradigmáticos a construção dos estádios, ao nível do endividamento, sendo patente um enorme aumento em relação à média europeia a partir de 2008, mas que já se desenhava desde pelo menos 2004, podemos afirmar que atribuir a crise aos excessos do próprio país e seus cidadãos constitui uma visão muito limitada do problema.

Contudo, é importante perceber os argumentos neoliberais. Abreu (2011), crítico do neoliberalismo, no artigo “As sete vidas do argumentário neoliberal”, explica que estes consideram que em momentos de crise, como o foi aquele que estamos a analisar, a redução da despesa pública, (despesa que é essencial para crescimento económico) estrangula a economia. Defendendo que não é inteligente taxar os mais ricos nem o rendimento do capital, este argumentário defende que, em tais circunstâncias, os detentores do capital fugiriam para outros países. Assim, alegadamente, o problema da crise teria de ser resolvido pelo fator trabalho, sendo que se apresenta a austeridade como a alegada única solução para combater a crise. Ou, como diria Margaret Thatcher, que “não há alternativa”. Ora, o importante é entender as conseqüências nefastas desta “solução”.

E de facto, entre 2009 e 2011, de acordo com um estudo realizado pela Comissão Europeia, “The distributional effects of austerity measures: a comparison of six EU countries” (2013, pp. 21–22), Portugal foi o país onde as

medidas de austeridade exigiram maior esforço em comparação com outros países como Espanha, Grécia e Irlanda. As medidas de austeridade em Portugal contribuíram para que 20% da população mais pobre perdesse cerca de 6% dos seus rendimentos, enquanto os 20% dos mais ricos perderam apenas 3%. observa-se assim uma clara assimetria na distribuição dos esforços pelas classes sociais em função da sua qualidade de detentores ou não de capital (meios de produção).

Mais recentemente e o estudo elaborado por Rodrigues, Figueiras, e Junqueira (2016, pp. 28-30), relativas às “Desigualdades do rendimento e da pobreza em Portugal 2009-2014”, concluiu que, com as políticas de ajustamento adotadas nesse período, as famílias portuguesas viram os seus rendimentos cair mais de 12%, contudo os indivíduos com menos rendimentos foram os mais penalizados. Mostra-se ainda, complexificando os dados que apresentáramos até 2011, que 10% da camada mais rica registou um decréscimo do seu rendimento real de cerca de 13%, a classe média registou um decréscimo de 10 a 12% e a camada mais pobre uma queda surreal de 25%.

A desigualdade é, assim, um dos problemas associados a este tipo de medidas, e às quais voltaremos no decurso da tese. Mas, para o fazermos, e antes de se chegar à discussão, é ainda necessário explicar os avanços que já se tinham atingido antes do surgimento da crise financeira de 2008, não podendo deixar de para isso mencionar a importância do direito.

2.5 Direitos Laborais

Depois de percebermos a importância da ética económica e social, incluindo a sua dimensão que abrange o mundo do trabalho, o funcionamento do capitalismo e as consequências da crise, concluímos que é de facto necessária uma estrutura legislativa que permita o bom funcionamento do capitalismo e

da economia, o que nos leva a abordar os direitos laborais.

Ao longo da história, foi-se percebendo paulatinamente a importância do social, do valor do trabalho e dos direitos dos trabalhadores, criando-se um ramo específico do direito com o objetivo de regular as relações de trabalho.

Esta autonomia do direito relativo às relações laborais decorre da consequência natural das características do regime capitalista, tais como a separação entre os meios de produção e o trabalhador, a concentração de assalariados e as questões sociais inerente a essas separações e concentração.

A exploração e abusos que caracterizaram o período inicial do capitalismo tiveram como resposta a luta encetada pelos trabalhadores, o surgimento dos sindicatos e da ação conjunta dos trabalhadores, e de um conflito entre empregadores e assalariados. Fruto destas ações e da necessidade do estado em regular o conflito, tendo em vista a pacificação e sobrevivência do sistema, foi surgindo timidamente o direito de trabalho como disciplina autónoma, afirmando-se posteriormente de forma progressiva.

À igualdade formal própria de uma visão (ultra) liberal sucedia uma visão diferente, visando uma igualdade material, traduzida numa norma protetora do trabalhador. Foram-se instituindo limitações à autonomia privada, tal como era entendida no domínio do direito civil, visando “compensar” a debilidade contratual originária dos trabalhadores.

Esta matriz original foi ganhando corpo, ajustando-se às novas exigências, decorrentes da evolução tecnológica e sociocultural, sendo progressivamente adquirido e assumido como pilar deste ramo do direito a proteção da dignidade do trabalhador enquanto tal e enquanto pessoa. O trabalho, de mera mercadoria passa a adquirir uma dignidade própria, enquanto meio de realização da pessoa, relacionada com a própria dignidade do sujeito. Para tal estatuto contribuiu a percepção da envolvimento que a prestação do trabalho implica, envolvendo necessariamente a própria pessoa do trabalhador, a sua energia, o seu tempo e disponibilidade, sob a autoridade de

outrem, e ainda na medida em que através dela se manifesta a capacidade humana de criar e transformar a natureza.

Esta dignidade é afirmada entre nós no artigo 1º da Constituição da República Portuguesa (CRP). Já o artigo 126º do atual Código do Trabalho alude à promoção humana, profissional e social do trabalhador.

Estas envolvências têm repercussões várias na esfera do trabalhador, designadamente nas esferas familiar e social, pessoal e psíquica, como a disponibilidade do seu tempo, a residência, vizinhança, contactos sociais, escola dos filhos, imagem de si mesmo, sentido de utilidade para a sociedade, sentido de realização pessoal.

Em virtude da importância reconhecida ao social, a generalidade dos países civilizados estabeleceu paulatinamente não só um ramo específico do direito para regular as relações laborais, como normas de proteção na doença, sinistralidade, reforma, e um quadro de normas protetoras em sede constitucional.

Um grande passo foi dado após a segunda guerra mundial a 10 de maio de 1944 com a proclamação da declaração de Filadélfia adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Süssekind, s.d.), onde é estabelecido um entendimento amplo sobre estas questões. Importa dar particular relevo ao que aí se refere no ponto I, al. a), de que o trabalho não é uma mercadoria.

Logo no início do preâmbulo desta declaração se delimita a atual matriz que há-de servir de base à vida em sociedade, à relação entre as pessoas, a dignidade humana. Refere-se “que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. (ONU, 1948)

O Espírito de Filadélfia tinha o intuito de refletir o efeito multidimensional e as oportunidades de crescimento e de bem-estar de uma

sociedade mais justo e digna.

No ponto II, al. a) refere-se que “todos os seres humanos de qualquer raça, crença ou sexo, têm o direito de assegurar o bem-estar material e o desenvolvimento espiritual dentro da liberdade e da dignidade, da tranquilidade económica e com as mesmas possibilidades”. No ponto III, al. b) refere-se como obrigação da OIT auxiliar as Nações do Mundo na execução de programas que visem “dar a cada trabalhador uma ocupação na qual ele tenha a satisfação de utilizar, plenamente, sua habilidade e seus conhecimentos e de contribuir para o bem geral”.

O trabalhador passou assim a ser visto não apenas como uma mercadoria, passando a dar-se valor a mecanismos de redistribuição e promoção de justiça social.

A tensão entre o jurídico e o económico provocou assim a criação do direito do trabalho (Ferreira, 2012, p. 89), tentando proteger a sociedade da economia capitalista de mercado, visando, como referem alguns autores, “compensar” a debilidade contratual originária do trabalhador, no plano individual, promovendo a “igualdade e o equilíbrio”.

Esta regulamentação veio a fornecer as condições necessárias para a estabilidade social e para o enorme desenvolvimento económico que se seguiu, fornecendo uma dimensão ética, acolhida no direito, que permitiu a adesão dos assalariados ao modelo económico, contribuindo para o já referido “espírito do capitalismo”

O assalariado passa a ter um quadro de valores, plasmados na lei, que reconhece como bons e permitem a sua adesão ao modelo. Assim é porque vê nesse quadro de valores, não só o seu reconhecimento como pessoa, como os entende como adequados à satisfação das suas necessidades, e capaz de lhe abrir um vasto leque de possibilidades tendo em vista a realização do seu potencial, podendo mesmo aspirar a tornar-se um detentor de capital.

De facto entre meados da década de 90 Portugal já apresentava

progressos significativos relativos à redução das desigualdades, apesar do rumo contrário que se começou a seguir com a crise a partir de 2008 (Rodrigues, Figueiras, e Junqueira 2016, p. 28)

Importa ainda fazer uma referência à posição defendida por Alain Supit num artigo publicado em *O direito do trabalho ao desbarato no mercado das normas* (2005, pp. 121-24) e posteriormente em 2010) no livro *L'esprit de Philadelphie, La justice sociale face au marché total*, explicada por (Ferreira, 2012, p. 109) em que defende que o próprio direito do trabalho se tem tornado numa mercadoria, “a livre concorrência que se deveria fundar sobre o direito é ela agora que funda o próprio direito”. O que os autores querem explicar é que existe um “mercado de produtos legislativos” utilizados de forma a satisfazer as necessidades financeiras dos investidores, o que resulta na eliminação progressiva dos sistemas normativos em momentos de crise de forma a não serem estes a arcarem com os sacrifícios, justificando-se as medidas com argumentos relativos ao aumento de competitividade.

Esta posição é defendida por (Klein, 2007), denominando-a como “shock doctrine”. Segundo a autora as crises são aproveitadas pelos neoliberais para, sob o efeito do “choque” fazerem passar medidas que nunca seriam aprovadas em tempos “normais”.

Depois de feita esta breve revisão da literatura temos as ferramentas necessárias para aprofundarmos convenientemente as implicações e as consequências sociais das transformações do mercado de trabalho que aconteceram entre 2007 e 2017, algo que será feito na próxima secção, dos resultados.

Resultados e Discussão

Capítulo 3

A presente secção tem por objetivo apresentar os resultados desta tese e discuti-los. Estamos neste momento preparados para o fazer, dado o contexto que foi fornecido pela revisão de literatura.

O principal foco desta secção é o de responder às questões de investigação colocadas no início, e é isso que faremos no capítulo 4. Nesse capítulo abordaremos, primeiro, os resultados económicos das políticas de ajustamento e, sobretudo, das políticas de flexibilização; e, num segundo momento, analisamos as implicações éticas e sociais das mesmas. Fazendo-o, teremos finalmente todos os dados para respondermos formalmente às perguntas de investigação que animaram este trabalho.

Importa também explicar que embora o foco esteja no período de ajustamento e nas políticas que dele decorreram, o período de análise que balizamos é de 10 anos, de 2007 a 2017, embora o período de ajustamento decorrente do memorando assinado com a troika tenha sido, para Portugal, oficialmente o período de 2011 a 2014, no qual o país estava “sob resgate”. Mas este período de uma década, que foi, aliás, aquele que já utilizámos na revisão de literatura quando começámos a nossa abordagem histórica com uma explicação da crise do subprime, é adotado para se conseguirem discernir não só as causas da crise, algo que já mostrámos, mas também o “pós-crise”, o que permite ter uma noção dos “efeitos” da mesma, e discernir as suas múltiplas vertentes: económica, social e ética.

Contudo, antes de entrarmos nesta discussão, começaremos esta secção da tese com um pequeno capítulo no qual explicitaremos melhor o nosso posicionamento teórico em relação aos princípios éticos que guiam a discussão.

E é com base neles que, em seguida, se fará a discussão posterior. Nesta discussão, antes de analisarmos com detalhe diversos indicadores económicos iremos começa por abordar os seguintes temas; a) A importância do quadro normativo no comportamento humano, dada a necessidade de se desenvolver um quadro de normas a seguir em sociedade; b) A orientação social para o bem comum visto que o homem apenas em relação, em sociedade, se cumpre, se realiza tornando-se primordial obrigação da sociedade garantir, a possibilidade de realização de cada um e, com isso, almejar o bem comum de todos; c) A necessidade de regulação e de uma ética na economia, pela facto de a ética ser inerente à economia, dada a própria natureza desta, enquanto regra sobre aspetos económicos das relações entre os sujeitos, d) As decisões políticas em períodos de crise, isto é, a ideia de que o Estado detém toda a legitimidade para regular as relações económicas, sendo que questões relativas à relação laboral nunca poderiam discutir-se numa base estritamente “economicista” mas antes ancorada em valores; e, por último, f) a segurança e a proteção social como valores constituintes de uma ética social, sendo que, na nossa opinião a dimensão ética mínima que qualquer economia deve respeitar, é aquela que resulta das condições de vida que a comunidade entende como mínimos para garantir a dignidade humana.

3.1. A importância do quadro normativo no comportamento humano

Começemos por avançar a nossa visão antropológica sobre o ser humano. O homem caracteriza-se e distingue-se dos outros seres pela sua capacidade de criar cultura, enquanto ser cultural. Tal capacidade sustenta-se na sua natureza de “auto consciência”, de consciência para si, na capacidade de se ver como algo de distinto do todo que o rodeia, e na capacidade de

comunicação simbólica e de relação com o outro que se reconhece como semelhante, como dotado de igual “consciência e capacidades”. Só no quadro dessa relação de semelhantes o “ser” homem, enquanto ser de cultura, ganha sentido e se cumpre.

Nesta relação, a necessidade de regras de normas reguladoras do comportamento interativo resulta evidente, dada a diversidade dos sujeitos, dos “semelhantes”, dotados de diferentes capacidades (físicas e mentais, que o processo de crescimento e aculturação ainda mais impulsiona), dos diferentes interesses e pulsões de cada um, mas sobretudo dado o natural centramento de cada um em si mesmo. Como explica Ricoeur (1990), o momento “deontológico” das normas e o carácter “obrigatório” que delas advém não é, para o ser humano, a primeira preocupação. Antes dela vem o desejo individual, o que pressupõe que a vida individual de cada um é a primeira preocupação.

Porém, Ricoeur (1990) também argumenta que, para a vivência em sociedade, “com e para os outros”, necessita de se ancorar, em dado momento, neste aspeto normativo, o qual depois também acaba por fundar o horizonte das “instituições justas”. É porque existem normas, regras, obrigatórias, que os homens conseguem conviver pacificamente em sociedade. E estas normas acabam por constituir um horizonte que é legal, mas que também tem um enraizamento ético-moral, como tentámos explicar na revisão de literatura. Por sua vez, quando instituído, este quadro normativo, que assenta em valores, deve orientar as pessoas para o bem comum.

3.2 A orientação social para o bem comum

O que é o bem comum e como é que ele se obtém? A discussão é antiga mas, pela parte que nos toca, pensamos que ele se deve ancorar em princípios

éticos de colaboração, proteção e melhoria da qualidade de vida de todos os membros da sociedade.

Assim, para o bom funcionamento da sociedade, importa estabelecer regras quanto à alocação dos bens e relativos à relação entre os sujeitos, tendo em vista garantir padrões de relacionamento que garantam a própria subsistência da comunidade, o que só pode ser conseguido, de forma estável, oferecendo aos membros o acesso a uma dotação adequada de bens e garantindo-lhes em termos satisfatórios a segurança e a liberdade de realização como pessoas.

Já vimos que o homem apenas em relação, em sociedade, se cumpre, se realiza. Assim sendo, a primordial obrigação da sociedade, entendida agora como instituição (Estado), é garantir a possibilidade de realização de cada um, não apenas para alguns mas para todos. Cumpre à sociedade criar as condições para a realização do potencial de todos os seus membros, mediante a estipulação de regras, de várias naturezas, que garanta, pelo mínimo, os níveis de igualdade que sejam necessários para garantir a relativa estabilidade social e a eliminação de conflitos insuperáveis entre os sujeitos, e pelo máximo, a realização do projeto social de igualdade claramente assumido pela comunidade, como atualmente ocorre nas sociedades democráticas, plasmado nas constituições.

Numa sociedade organizada, onde, construindo uma moral tida como boa pela generalidade dos seus membros, pelos valores éticos nos quais se apoia, se pretende que todos tenham possibilidade de se desenvolver como pessoas e sejam dadas oportunidades idênticas para o sucesso, as relações não podem senão ser reguladas. E isto diz respeito a vários tipos de relações, incluindo as económicas, a fim de que a conduta dos sujeitos na interação se mantenha dentro dos limites dos princípios julgados adequados por essa comunidade política. E repare-se que, seguindo o paradigma hermenêutico (Marcelo, 2012) invocado anteriormente, estes valores não são “inventados” do

nada, nem “descobertos” mas estão, precisamente, presentes nas comunidades de forma histórica, baseados em consensos intersubjetivos que se vão progressivamente construindo e sendo atualizados ao longo da história. E é precisamente para manter as práticas sociais quotidianas dentro desses limites do que é julgado bom ou adequado que se formula a regulação.

3.3 A necessidade de regulação e de uma ética na economia

Ora, a economia constitui um fenómeno da sociedade, tem a ver com o modo como os recursos são utilizados e distribuídos tendo em vista a satisfação das necessidades dos membros da sociedade. Mas, como já vimos, não basta que se tenha preocupação distributiva/redistributiva para se poder considerar uma liberdade assente na ética, já que esta, para o ser verdadeiramente, implica a realização do potencial do sujeito, o qual, ao agir, constitui um meio e um sustentáculo do próprio desenvolvimento económico e social.

Acrescentamos ainda que, sendo a economia uma ciência social relativa à relação entre os sujeitos, tem em vista criar regras que orientem essa relação. Nessa medida, sob pena de inoperância a prazo, por incapacidade de gerar estabilidade social, a economia não pode senão ter, como vimos com Amartya Sen, um fundo ético. E aqui referimo-nos não só, como faz Sen, à teoria económica, mas também à própria economia enquanto realidade social. A não ser assim a estrutura económica vigente tornar-se-ia divorciada dos anseios da comunidade, não sendo dessa forma, como referido, meio que garantisse a estabilidade social, implicando conflitos entre os beneficiários do modelo e os restantes sujeitos, e a prazo o colapso da estrutura social.

Pode então dizer-se que a ética é inerente à economia, pela própria natureza da economia, enquanto regra sobre aspetos económicos das relações. E

daí a necessidade de se instituir uma regulação económica que seja garante destes princípios. Quando tal não acontece, e se transforma a regulamentação legal existente em algo de desviado dos princípios éticos subjacentes, dando assim azo, por exemplo, a situações de maior desigualdade e injustiça social, abre-se o flanco à possibilidade de uma sociedade mais desequilibrada e, em certo sentido, eticamente condenável. Em circunstâncias “normais”, tal não devia acontecer. Mas em períodos de crise tal torna-se uma possibilidade mais plausível.

3.4 As decisões políticas em períodos de crise

E podemos agora avançar para outra ideia, a de que a sociedade/instituição, detém toda a legitimidade para regular as relações económicas, para regular quer o modelo económico que pretende, quer, os aspetos particulares em que o modelo se desenvolve, impondo regras e limites para regular a atividade dos agentes económicos... Assim, não se pode considerar, por exemplo, que os mercados funcionem (ou, pelo menos, que devam funcionar) de forma desligada da sociedade. Pelo contrário, o a forma específica que o “económico” assume é, em grande medida, fruto de opção política.

Como se viu na revisão de literatura, quando surgiu a crise o ideário neoliberal mais radical avançou a pressão para a flexibilização da relação de trabalho, muitas vezes também acoplada à tentativa de redução dos custos de trabalho por via da diminuição dos salários, tentando resolver a crise, em certo sentido, às custas da parte mais fraca. Por trás desta opção subjaz a ideologia de um papel reduzido do Estado, pouco regulador, e uma sociedade baseada, no que respeita à relação entre empregadores e assalariados, no princípio da autonomia privada levando às negociações entre o empregador e o empregado,

ignorando assim as diferenças relativas ao poder negocial. Assim, e como vimos na revisão de literatura, nesta versão não quer dizer que o Estado não intervenha e não tenha um papel decisivo. Mas ele limita-se, em grande parte das ocasiões, a salvaguardar alguns interesses “privados”, nem que isso seja por interesse “público”. Por exemplo, o resgate aos bancos quando eles falham, para evitar o “risco sistémico” de contágio a outras instituições. Ou uma agenda de privatizações de bens estratégicos a preços menores do que aqueles que seriam normais (Klein, 2007). Ou ainda uma legislação laboral que desproteja a parte mais fraca da negociação, a dos trabalhadores.

Entender esta argumentação como sendo puramente económica não nos parece correto, é que as questões relativas ao tipo de sociedade e de estado que se pretende, constituem, como vimos, opções ideológicas. Na verdade, aquilo que se apresenta sob o manto de uma inconspícua razão económica poderá na nossa opinião não passar de uma tentativa de implementar a ideologia neoliberal, ou fortalecer a sua presença nas opções políticas, como sugere a “doutrina do choque” de Klein.

As questões relativas à relação laboral, pelas implicações já aludidas na vida das pessoas e na estruturação da sociedade, nunca poderiam, ainda que possível fosse, discutir-se numa base estritamente “economicista”, isto é, ligadas tão-somente aos seus custos e defendidas como se fossem alegadamente “neutras”, já que estão sempre e necessariamente implicadas opções ideológicas sobre o tipo de sociedade e de Estado que se quer. Toda a decisão relativa à vida em sociedade, tem uma ideologia a fundá-la e, em certo sentido, radica em opções e valores, que podem ser identificados, defendidos ou criticados. As pretensões desregulamentadoras traduzem em si uma ideologia, a do capitalismo mais agressivo, tendo como ideias orientadoras a liberalização de todos os mercados, incluindo o do trabalho (que passa assim a ser tratado como uma mera “mercadoria”, não tendo, por isso, em conta, o respeito que deve ser dado à pessoa humana em todas as esferas, incluindo a laboral), a extensão do

privado a domínios tradicionalmente da esfera pública, designadamente na área social, cargas fiscais reduzidas e o controlo estrito dos défices orçamentais.

Assim, e como vimos na revisão de literatura, o papel do Estado, neste modelo neoliberal, seria reduzido essencialmente a salvaguardar os direitos de propriedade, garantir o cumprimento dos contratos e a segurança, e eventualmente na provisão de mínimos de proteção social, necessários para a própria garantia do sistema, e até para o controlo das classes mais desfavorecidas. O chamado “espírito do capitalismo” também desempenha, como vimos, um papel nesta colaboração pacífica dos menos favorecidos. Mas um mínimo de proteção social também tem de lá estar para a assegurar.

Com este modelo ou os que lhe andam próximos, a competitividade, ao invés de centrar a sua fonte em reais eficiências ao nível da gestão e métodos de produção, novas tecnologias e produtos, e criação de valor através da inovação, é reconquistada em parte à custa da componente trabalho, podendo levar o trabalhador a uma condição de vida abaixo dos patamares de dignidade que já haviam sido socialmente atingidos, aceites e consagrados nas normas fundamentais.

Tais mudanças têm repercussão ao nível dos direitos consagrados numa sociedade, designadamente em sede constitucional, e corresponde-lhes, nesta perspetiva, um retrocesso civilizacional.

Importa reter que a ética é tão necessária na economia como em qualquer outra atividade (relacional) da pessoa humana, como condição para a “justiça” dessas relações e para a estabilidade e pacificação social, bem como para o florescimento da sociedade.

Mas, assim sendo, expliquemos de uma forma mais explícita os valores que nos parecem adequados a instanciar esta vivência desejável em sociedade.

3.5 Segurança e Proteção Social como valores constituintes de uma ética social

Como já vimos, a dimensão moral e ética são historicamente mutáveis, variam e evoluem com o tempo, sofrendo a influência do desenvolvimento da sociedade, a todos os seus níveis, designadamente em termos económicos, culturais e filosóficos.

Podemos então afirmar que o mínimo ético a respeitar pelo “económico”, será variável, correspondendo ao padrão mínimo reconhecido em cada momento por cada comunidade/Estado. Padrão esse que tem assim uma dimensão histórica, com acolhimento, no que às regras que se pretendem imperativas respeita, no ordenamento jurídico de cada comunidade, atualmente e nas sociedades democráticas, consagrado nas respetivas constituições.

Indo ao direito do trabalho, a matriz original assentava na proteção ao trabalhador, através das limitações à autonomia privada entendida de forma formal, com isso se bastando. Com o tempo a matriz foi ganhando corpo, ajustando-se às novas exigências, decorrentes quer da evolução tecnológica quer sociocultural, sendo progressivamente adquirido e assumido como pilar deste ramo do direito a proteção da dignidade do trabalhador enquanto tal e enquanto pessoa. Disso dá nota o preâmbulo da constituição da OIT a que aludimos na revisão de literatura.

Na nossa opinião a dignidade humana assume no domínio das relações do trabalho o papel de matriz, constituindo um referencial ético para as relações económicas no campo das relações de trabalho.

Podemos então concluir que a dimensão ética mínima que qualquer economia deve respeitar, é aquela que resulta das condições de vida que a comunidade entende como mínimos para garantir a dignidade humana. É esse o ponto de partida, e o limiar abaixo do qual nunca se deve descer. Ora, tudo

isto coloca-nos na pista dos ideais que queremos defender. Já antes invocámos a cooperação e o potencial de florescimento humano que a sociedade, em termos de direcionamento para o seu próprio bem comum, deve garantir a todos. Mas explicitemos de forma um pouco mais direta o que está em causa nesta problemática das relações laborais.

Como argumenta Standing (2011), a segurança económica tem de ser a base de um Estado social bem conseguido. E ela abrange diversas vertentes, mas a segurança laboral é uma delas, sendo uma componente essencial da proteção social. O problema da precariedade é que, quando ela é prolongada e se torna a única condição que os indivíduos conhecem, aí estende-se a toda a existência. O trabalho precário dá então lugar a vidas precárias, incapazes de estabelecer planos de vida e usufruir de um horizonte razoável de estabilidade. E isso, a nosso ver, significa descer abaixo do limiar mínimo de dignidade que o patamar civilizacional das nossas sociedades já atingira no decurso da segunda metade do século XX.

Por conseguinte, um nível adequado de proteção social e de segurança laboral, capacitando a parte mais fraca da relação laboral é, para nós, condição indispensável de uma sociedade justa, por mitigar a desigualdade de partida que o mercado não corrige por si só. Para nós, uma ética social e económica bem conseguida tem de ter estes valores em conta, e deve ser esta a influenciar as decisões políticas que têm impacto direto na economia e na sociedade, também em períodos de crise.

E, assim sendo, e com todos estes elementos em consideração, avancemos para os resultados económicos e a análise das implicações éticas e sociais da crise Portuguesa que aqui nos ocupa.

Capítulo 4

Neste capítulo, far-se-á a análise dos resultados desta investigação e que, primariamente, é uma análise das próprias consequências da crise. Será importante analisar, num primeiro momento, a evolução de alguns indicadores económicos de forma a relacionarmos os sacrifícios resultantes das políticas de ajustamento e os resultados a nível económico.

4.1 Análise da evolução económica durante e após a crise

No capítulo 2 analisámos a crise e a forma como ela afetou toda a população portuguesa. Foi um período caracterizado por uma recessão grande, com elevados níveis de desemprego, aumento das desigualdades, e destruição parcial da coesão social.

Sendo o objetivo principal desta discussão perceber as implicações éticas e sociais decorrentes da crise é importante todavia perceber se os sacrifícios resultantes das medidas ditas “de austeridade” impostas pela troika acabaram por produzir um resultado positivo ou não.

Para esta análise iremos apenas utilizar preços constantes com o ano base de 2011 em milhões de euros. Assim sendo, olhando para a taxa de crescimento do Produto interno bruto (PIB) calculado com base nos preços constantes de 2011 (veja-se o gráfico 3), e para o PIB em milhões (veja-se o quadro 4) constatamos que, tal como foi visto no Capítulo 2.3, os efeitos da crise foram mais sentidos em Portugal do que na média dos países europeus.

Taxa de crescimento real do PIB

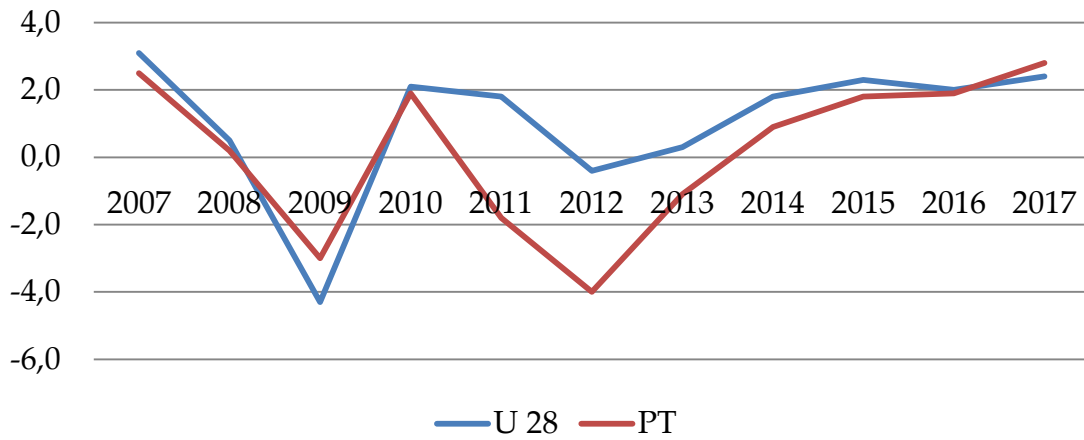


Gráfico 3 – Taxa de Crescimento Real do PIB
Fonte: INE/PORDATA
Gráfico de elaboração própria

Produto Interno Bruto

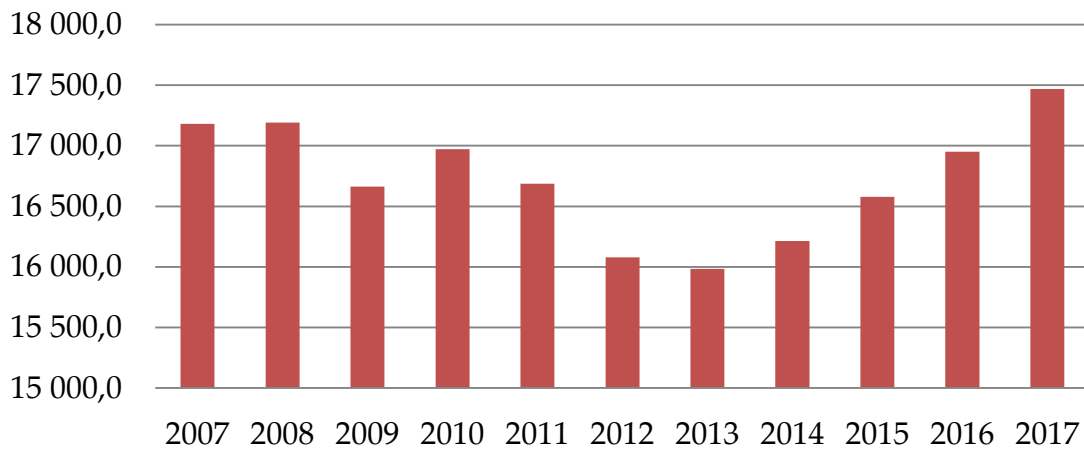


Gráfico 4 – Produto Interno Bruto
Fonte: INE/PORDATA
Gráfico de elaboração própria

A partir de 2007, quando a economia mundial se aproximava da crise financeira, observou-se uma grande queda na taxa de crescimento

do PIB tanto na UE como em Portugal, verificando-se uma taxa de crescimento negativo até 2009. Em 2010, Portugal conseguiu apresentar um crescimento positivo depois de 2 anos de recessão, mas voltou a regredir em 2011, registando depois taxas negativas durante 3 anos consecutivos (registando-se a queda mais acentuada em 2012, após o início do programa de ajustamento), em contraste com a média da UE: posteriormente a 2010 esta conseguiu recuperar lentamente da recessão, enquanto a de Portugal se prolongou.

Quanto a este fenómeno podemos ter em atenção as duas políticas levadas a cabo nos períodos após a crise. Relembramos que numa primeira fase a UE procurou travar a recessão com políticas contra cíclicas de estímulo à economia, assim como com diversas medidas vocacionadas para restabelecer a confiança do mercado financeiro. Posteriormente, e a partir 2010 as políticas seguiram uma lógica contrária de forte contenção orçamental. Isto através dos diversos programas de estabilidade orçamental (PEC) com medidas de corte da despesa pública e aumento das receitas através dos impostos diretos e indiretos.

Contudo, como já demonstrado no capítulo 2.3 e novamente agora no gráfico 5, a relação entre a dívida pública em percentagem do PIB cresceu a uma taxa superior a 12% entre 2008 e 2012, sendo que o crescimento da dívida foi mais acentuado em 2012, atingindo a dívida pública 130,6% do PIB neste ano.

Dívida bruta das Administrações Públicas em % do PIB

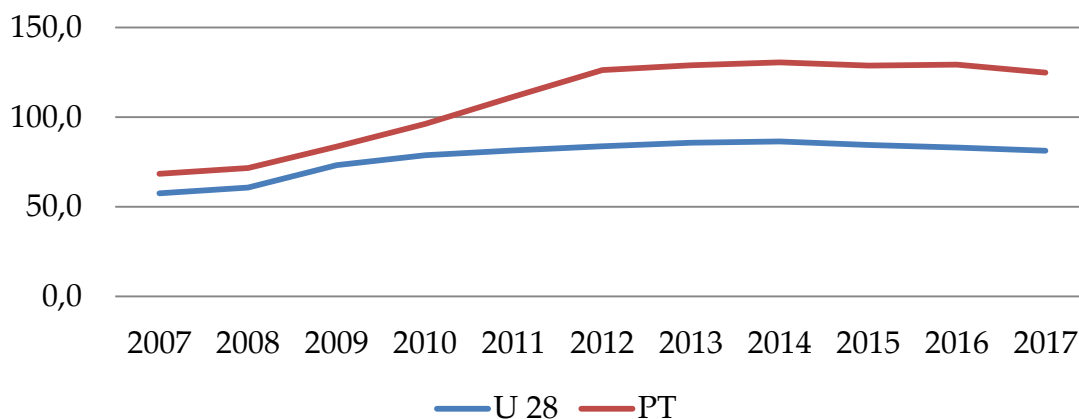


Gráfico 5 – Dívida bruta das Administrações Públicas em % do PIB

Fonte: INE/PORDATA

Gráfico de elaboração própria

A partir de 2013 a dívida continuou a crescer, contudo a um ritmo mais modesto, sendo que em 2015 e 2017 observou-se uma diminuição do peso da dívida no PIB.

De facto se olharmos para o valor da dívida no gráfico 6 conseguimos identificar que houve uma tentativa de reduzir o nível da despesa através das políticas consagradas nos PECs contudo o crescimento do PIB só conseguiu compensar os défices que continuavam a existir em 2015 e 2017, anos em que se registou uma diminuição da Dívida bruta das Administrações Públicas em percentagem do PIB.

Portugal: défice/excedentes

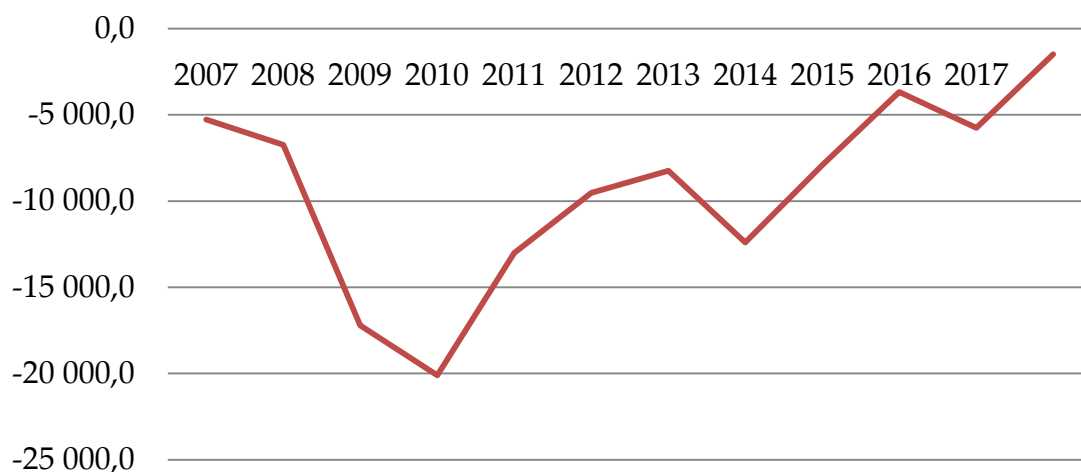


Gráfico 6 – Portugal: défice/excedentes

Fonte: INE/PORDATA

Gráfico de elaboração própria

Relativamente aos sucessivos défices crónicos na balança comercial, fenómeno que, como explicado teve um grande impacto na crise que se viveu, registou-se uma inversão em 2012 começando a registar-se um saldo positivo, contudo principalmente ao peso dos serviços na balança – veja-se o gráfico 7.

Saldo da balança comercial

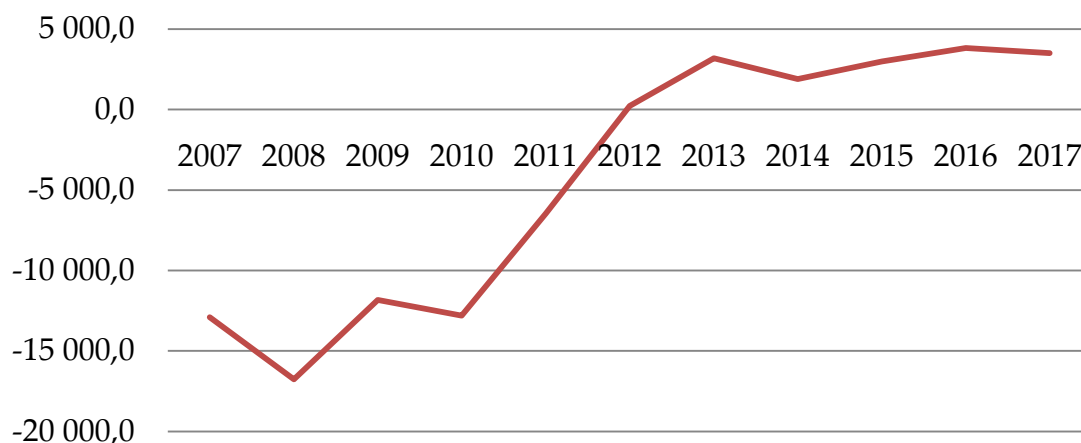


Gráfico 7 - Saldo da balança comercial

Fonte: INE/PORDATA

Gráfico de elaboração própria

Por último, e relativamente ao desemprego, este teve um constante crescimento desde início da crise de 2008 até 2013 passando de 7.6% para 16.2% respetivamente (ver gráfico 8). Contudo, é importante mencionar que o saldo migratório teve um impacto considerável neste índice. Muitos portugueses foram obrigados a emigrar de forma a encontrar emprego deixando de ser considerados no cálculo por não serem residentes.

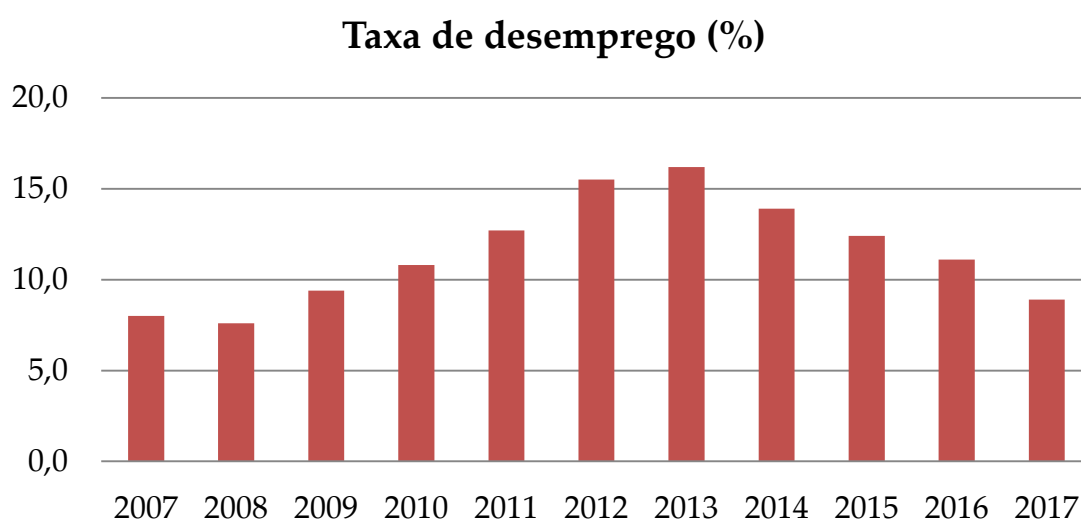


Gráfico 8 - Taxa de desemprego (%)
Fonte: INE/PORDATA
Gráfico de elaboração própria

Verifica-se, portanto, que os números do desemprego poderiam ter sido muito piores. Mesmo não o tendo sido, este fenómeno migratório causou outro problema o da chamada “fuga de cérebros” uma vez que foi, em grande medida, a geração mais nova, que estava prestes a entrar no mercado de trabalho, e a mais qualificada de sempre, a que mais se viu na necessidade de sair do país.

Assim sendo, é importante observar outros indicadores, patentes no gráfico 9, que nos mostra que apesar de não ser tão significativa quanto a perda anterior, houve de facto uma criação de emprego a partir de 2014, sendo que o

número de população empregada aumentou 5.41% de 2014 a 2017. Ou seja, o país começou a recuperar já no final do período de assistência financeira, e essa retoma prosseguiu depois.

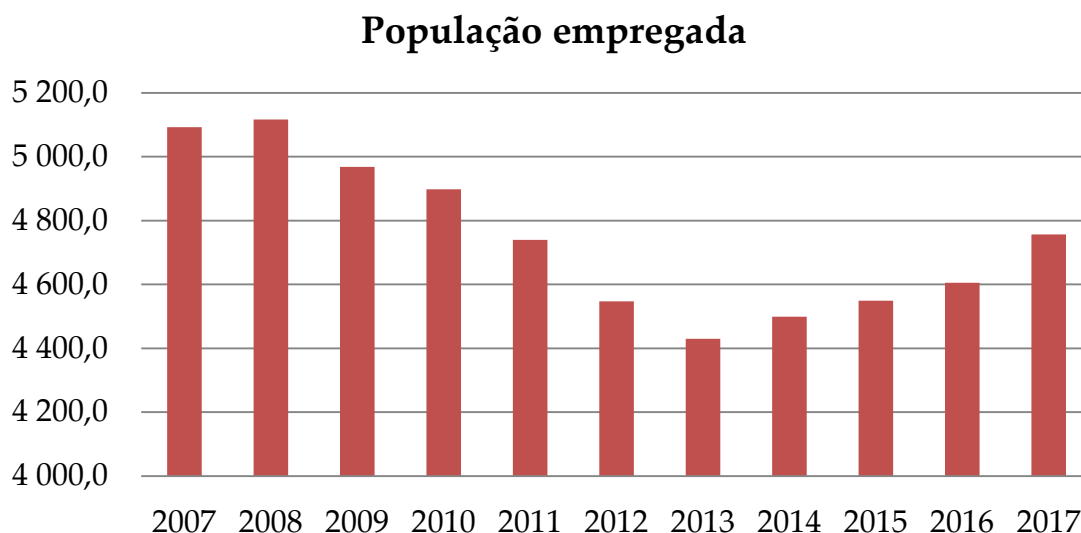


Gráfico 9 - População empregada

Fonte: INE/PORDATA

Gráfico de elaboração própria

Posto isto, é possível tirar algumas conclusões destes resultados macroeconómicos. Em primeiro lugar pode concluir-se, que apesar dos sacrifícios incorridos, Portugal começa a ver alguns resultados positivos, tais como a queda do desemprego em anos recentes, a diminuição da dívida pública em percentagem do PIB, e o aumento do próprio PIB, ao qual não será alheia a política de devolução de rendimentos que foi levada a cabo na presente legislatura.

Finalmente, em 2017, foi possível repor o nível do PIB a preços constantes de 2011 aos níveis que se encontravam em 2008. É importante relembramo-nos que o nível de globalização em que nos encontramos, nomeadamente o grande volume de transações a nível global, fez com que Portugal beneficiasse da recuperação e crescimento dos restantes países. Adicionalmente, a recuperação da confiança económica global e problemas

como o terrorismo em países do mediterrâneo contribuíram para o aumento do turismo em Portugal, uma variável com grande peso no PIB e na balança comercial.

Os níveis da dívida da administração pública continuam muito elevados assim como continua a existir défice todos os anos. Contudo observa-se que, desde 2014, com a diminuição dos défices ano a ano e o crescimento que se observou no PIB, a relação entre estes dois tem vindo a diminuir.

Depois de mais de 16 anos a verificar um saldo negativo na balança comercial observou-se o primeiro excedente em 2013. De facto como já referido os défices crónicos na balança comercial foi uma das principais razões para a fragilidade da Economia Portuguesa à porta desta crise, sendo também de notar a obtenção de saldos primários positivos, o que significa que, se não fosse o serviço da dívida, Portugal estaria a apresentar excedentes contabilísticos.

Vimos também que a taxa de desemprego tem diminuído desde o seu pico em 2013, contudo é importante destacar dois fatores essenciais. O primeiro, como já mencionámos, prende-se com o nível de emigração que contribuiu para baixar a taxa de desemprego. Se tivermos em conta, extrapolando até o nosso quadro temporal definido para esta análise, os dados mais recentes divulgados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) referentes a 2018, a taxa de desemprego encontrava-se nos 7%, ou seja, inferior em 0.6% à taxa de desemprego registada em 2008, contudo se olharmos para a população empregada ainda existe uma diferença de aproximadamente 249,9 mil empregos a menos em Portugal, fazendo a comparação com esse período. O segundo prende-se com uma questão muito debatida nos dias de hoje: é que a crise resultou na precarização dos vínculos laborais. Segundo os dados disponibilizados pela OIT e pela PORDATA na relação de trabalho por conta de outrem o trabalho temporário situou-se sempre entre os 21% e os 23%.

Segundo a OIT (2018, p. 4) “O número de trabalhadores precários ainda

é consideravelmente superior aos níveis anteriores à crise...". O número médio de horas de trabalho aumentou aproximadamente 1 hora entre 2009-2016 (OIT, 2018, p.20), assim como o número de trabalhadores sujeitos a horas extraordinárias (de 6,5 por cento em 2008 para 12,8 por cento em (OIT 2018, p. 93)).

Adicionalmente, como já referido observou-se uma diminuição dos rendimentos, principalmente no rendimento dos 10% mais pobres que viram os seus rendimentos diminuir em 25% de 2009 a 2014 (Rodrigues, Figueiras, e Junqueira, 2016, p. 30), o relatório da OIT vem completar este estudo, sendo que, apesar de um aumento nos salários nominais a partir de 2014, os salários reais encontram-se estagnados, pelo que a camada mais pobre continua na mesma situação.

Olhando assim para a crise da dívida soberana, e para os dados ao longo deste período em análise, na nossa opinião, pode-se constatar a existência, hoje, de uma economia mais estável mas ainda abalada com a destruição que sofreu.

Através desta análise revela-se claramente a dificuldade que Portugal apresentou em cumprir os valores de referência do PEC, fruto, como já referido, de um aproveitamento deficiente da fase de expansão que se viveu antes da crise.

É evidente que as medidas acordadas com a troika e as políticas adotadas ao longo de todo este período não foram apenas ligadas ao setor laboral. Uma questão que se poderá sempre colocar é a de saber até que ponto os resultados económicos positivos que se seguiram ao programa de ajustamento, nomeadamente ao nível da criação de emprego, foram ou não fruto das alterações que promoveram a flexibilidade no mercado de trabalho. Não é possível afirmá-lo com certeza, mas poder-se-á admitir que, em certa medida, isso pode ter contribuído para a criação de emprego. Mas há outro fator a ter em conta. É que nem todo o emprego é qualitativamente o mesmo. E aquilo que se verifica é que o emprego destruído aquando da crise era qualitativamente

superior a grande parte do emprego criado no pós-crise. Estes dados da mostram que grande parte do emprego criado nos últimos anos é mais precário e pior remunerado, se comparado com os dados do emprego anterior à crise

Por conseguinte, e mesmo admitindo que as medidas de flexibilização possam eventualmente ter desempenhado algum papel positivo na criação de emprego, não nos parece que esse facto, por si só, possa provar que as medidas foram justificadas, já que acabaram por tornar mais frágil o que já era frágil, ou seja, a situação laboral dos portugueses e isto é sempre problemático, sendo questionável ao nível dos princípios.

Para além disso, se tivermos em conta, no cômputo geral, as políticas de ajustamento, e a ênfase excessiva que tiveram na redução do défice e da dívida, inclusive com a imposição de um Tratado Orçamental cujos objetivos de redução da dívida parecem ser irrealistas para a realidade portuguesa, aquilo que se pode dizer é que, se a aposta não tivesse sido essa, porventura ter-se-ia recuperado mais rapidamente da crise. Não foi tido suficientemente em conta o efeito dos multiplicadores económicos pelo que, por cada euro de “austeridade”, agravou-se a recessão. Aliás, ainda hoje em dia, os resultados de redução do défice são conseguidos, em parte, às custas de valores de investimento público historicamente baixos, o que pode, a prazo, ter consequências gravosas.

Adicionalmente, relativamente às políticas de flexibilidade horária e de facilidade de despedimentos que procuraram flexibilizar o mercado laboral, se olharmos para Global Competitiveness Index de 2009 a 2017 (World Economic Forum, 2009-2017), por um lado vemos que a eficiência do mercado laboral não é uma das variáveis mais relevantes (tendo uma importância de 6 em 12) para o cálculo da competitividade. Por outro lado, reparamos que os ganhos em Portugal a nível de competitividade foram muito baixos, sendo que os fatores principais dessas melhorias estão relacionados com as infraestruturas, estabilidade macroeconómica, saúde e educação. A variável

Trabalho e eficiência de mercado laboral continua praticamente inalterada, fazendo-nos questionar a liberalização do mercado laboral não só pela sua fraca eficiência em obter os resultados esperados, como pelas implicações éticas e os princípios que contraria.

E serão precisamente estes os princípios, já enunciados no capítulo 3, que estarão agora em discussão na resposta à questão de investigação.

4.2 Resposta à Questão de Investigação: Implicações éticas e sociais da flexibilização do mercado de trabalho

Feita esta análise temos as ferramentas necessárias para conseguir responder à principal questão desta tese, Q1: “Quais as implicações éticas e sociais das medidas de flexibilização do mercado de trabalho e das políticas de austeridade em Portugal no contexto da crise?”, assim como discutir se e em que termos os resultados destas medidas de flexibilização foram justificados. Assim sendo, no final deste capítulo, responderemos formalmente também à Q2: Quais foram os resultados económicos provenientes destas políticas? e à Q3: Será que os resultados económicos justificam estas implicações éticas e sociais?.

De forma a podermos analisar as medidas em termos éticos para responder a Q1, separamos, para efeitos analíticos: 1) as políticas de “austeridade” como o aumento da carga fiscal dos contribuintes e diminuição das despesas da administração pública; e 2) as políticas que procuravam flexibilizar o mercado de trabalho com o intuito de aumentar a competitividade.

De facto as políticas da troika foram marcadas principalmente pelas políticas de “austeridade”, a nível da contenção orçamental e aumento da carga fiscal nos contribuintes. Pode-se sempre argumentar que a orientação das instituições poderia ter sido diferente, que o resgate podia ter sido evitado ou

que as medidas contracíclicas teriam sido uma forma mais eficaz de combater a crise e, ao mesmo tempo, causar menos sofrimento social. Mas, a partir do momento em que a orientação era a de contenção da despesa, do défice, e da dívida, algum tipo de pacote de medidas do género das que foram aplicadas era, em certa medida, inevitável.

Contudo estas medidas apenas estão ligadas indiretamente com as de liberalização laboral. Dentro destas, consideramos que as medidas com mais impacto foram a flexibilização horária substancialmente alargada em 2009, ainda antes do período da troika, a introdução do banco de horas, e a flexibilização dos despedimentos.

Assim sendo, e relativamente a esta liberalização, como já referimos, os mínimos éticos estão ligados com a própria definição de dignidade humana vigente, que assume no domínio das relações do trabalho um particular relevo, pelas implicações que envolve para o trabalhador. Como vimos, na prestação de uma das partes está envolvida necessariamente a sua própria pessoa, a sua energia, o seu tempo e a sua disponibilidade, o trabalho.

Por um lado, conclui-se que as medidas não tiveram muita influência no nível de competitividade, o que era expectável, já que a regulamentação da relação laboral não era a causa principal da fraca competitividade. Em termos sociais tais medidas, no que respeita à flexibilidade horária, vieram permitir, nas situações mais excessivas de utilização deste mecanismo, uma limitação da disponibilidade do trabalhador relativamente à programação do seu tempo com interferência por exemplo na programação das suas férias, dos seus fins de semana, do tempo com a família, na sua vida social e familiar em geral, interferindo assim com os mínimos de dignidade já mencionados. Embora se reconheça que na maioria dos casos essas limitações não assumem necessariamente um grau de gravidade elevado não chegando a exceder estes mínimos devido ao modo como o mecanismo tem sido utilizado pelas empresas.

Já no caso dos critérios relativos aos despedimentos, especificamente quanto à diminuição do valor das compensações por despedimento, não resulta que com isso se tenha incrementado a criação de emprego. Sendo que ,numa época de crise e com fraca oferta de emprego, mal se compreende que o trabalhador despedido veja diminuído o valor desta compensação que lhe permitiria assegurar a sua subsistência enquanto procurava outro posto de trabalho, acrescentando ainda as alterações quanto valor e condições de acesso ao subsídio de desemprego.

Assim sendo, se compararmos os resultados económicos das políticas de liberalização do mercado laboral com as suas implicações éticas e sociais, não cremos que elas tenham compensado.

Relativamente à generalidade das políticas de austeridade levadas a cabo reiteramos a ideia que tem vindo a ser elaborada nesta investigação, de que foi nas camadas populacionais menos favorecidas onde mais se sentiram as medidas de austeridade, assim como demonstra o estudo de Rodrigues, Figueiras, e Junqueira (2016, pp. 28-30), onde no extrato social mais pobre foi onde se observou um maior decréscimo do rendimento real, o que do ponto de visto ético é questionável.

Vimos que a crise alastrou-se dos EUA à Europa devido à globalização dos mercados financeiros. Os impactos excessivos na economia portuguesa foram essencialmente resultado da sua fraca estrutura económica que se foi influenciada, em grande parte, pelas regras e decisões políticas a nível Europeu. É preciso não esquecer, por exemplo, a falta de controlo cambial da moeda, e a desadequação da estrutura do Euro a uma economia como a portuguesa.

E aqui levanta-se um problema ainda de natureza diferente. É que a crise da dívida soberana no seio da zona Euro pôs a nu uma divisão entre países do Norte e do Sul da Europa, e uma discussão que, para além de económica e política, na realidade também assumia uma dimensão ético-moral. Como mostram vários autores (por exemplo Carneiro, 2016) a própria noção de

“dívida” tem uma conotação ética. É famoso o exemplo da língua alemã, na qual a palavra *Schuld* significa, simultaneamente, *culpa* e *dívida*.

Isto mostra que, apesar de o discurso sobre a necessidade do ajustamento se ter pretendido apresentar de forma absolutamente técnica e neutra, a verdade sobre o conteúdo político do mesmo não era essa. Aliás, o próprio uso da palavra “austeridade” na vulgarização da descrição das medidas de ajustamento o revela: é alegadamente “austero” quem faz um uso “regrado” dos seus recursos, um uso ajuizado como sendo “correto” e “apropriado”, precisamente o contrário daquele que, também alegadamente, “vive acima das suas possibilidades”.

Assim sendo, nesta discussão política e económica mas com enraizamento moral, para os países do norte da Europa, esta crise também era uma crise da alegada falta de “responsabilidade” dos países do sul, os quais chegaram, depreciativamente, a ser conotados, na opinião pública dos países do norte, como sendo os *PIGS*; enquanto, para os países do sul, a crise, de um ponto de vista ético, também era a crise da falta de solidariedade de uma UE que perdera o sentido de comunidade, e a austeridade era vista, também, como uma imposição punitiva de carácter moral.

Pela nossa parte, e pesem embora as fragilidades da economia portuguesa quando a crise se instalou, e as quais já mencionámos na revisão de literatura, parece-nos que a imputação da responsabilidade da crise ao alegado ter-se vivido “acima das possibilidades” em Portugal, é simplista; fazê-lo é não ter em conta que, num contexto de juros baixos e incentivos de mercado ao investimento, o endividamento acumulado nos anos pré-crise não parecia necessariamente totalmente irracional, sendo também que, como vimos, antes da crise o nível do endividamento público português não diferia muito do da média da UE.

Para além disso, e embora assumamos, como já o sublinhámos várias vezes, que estes fenómenos têm necessariamente uma relevância ética e, por

isso, não se pode fazer abstração dessa dimensão quando os discutimos, os valores e opções éticas que marcam o nosso posicionamento são aqueles que enunciámos acima, e que passam por uma orientação para o bem comum que liga a realidade económica à obtenção de um mínimo de segurança, proteção social, bem estar e potenciação das pessoas que, em certo sentido, foram colocados em causa com as políticas de ajustamento.

Posto isto, e tendo em conta o risco de *default* da República Portuguesa e a necessidade que houve de recorrer a um plano de resgate com um empréstimo associado, e o exponencial aumento da dívida pública portuguesa, assumimos que, nesse contexto, era de facto inevitável ter de se recorrer a algum tipo políticas de ajustamento, “austeridade”. Elas poderiam ter sido feitas de outra maneira, com menos sofrimento, mas, em todo o caso, o equilíbrio das contas públicas teria de ser feito. Mas a culpabilização dos cidadãos pelas decisões que tomaram num quadro institucional (o do Euro) que, na prática, beneficiou muito mais países como a Alemanha, isso já nos parece incorreto.

Olhando para o facto de ter sido o trabalhador assalariado que mais sofreu com a crise, consideramos que este não foi o procedimento correto, por um lado dever-se-ia ter explicado as reais causas da crise e a necessidade das políticas de ajustamento, e por outro, os sacrifícios foram claramente mais direcionados aos trabalhadores precários já muito fragilizados, devendo, na nossa opinião, ter sido equitativamente distribuídos por todos, e, por exemplo, não onerando só o trabalho, mas muito mais o capital. Outro problema resulta do aumento do trabalho precário (como vimos estão sujeitos a mais horas de trabalhar com um menor rendimento real face ao que se observava em 2008), o que poderá trazer problemas no futuro. Mas estamos otimistas na recuperação do mercado de trabalho e de uma gradual evolução para um trabalho mais estável. Sendo que, para isso, será preciso ter cautela, para que não se avance mais no sentido de retirar os direitos laborais que conferem alguma proteção

aos trabalhadores.

É chegado, então, o momento de responder claramente, e de forma resumida, às questões de investigação, tendo em conta todos os elementos já chamados à colação.

Em relação a Q1: “Quais as implicações éticas e sociais das medidas de flexibilização do mercado de trabalho e das políticas de austeridade em Portugal no contexto da crise?”, podemos dizer, em resumo, que as políticas de austeridade e as medidas de flexibilização do mercado de trabalho colocaram em causa os mínimos de proteção social, segurança laboral e bem estar que nos parecem essenciais para uma sociedade que respeite cada um e vise a realização do seu potencial. Isto ficou patente na forma como a crise, e estas medidas, atingiram de forma desigual as pessoas, penalizando de forma mais evidente o fator trabalho, e os mais pobres.

Em relação a Q2: “Quais foram os resultados económicos provenientes destas políticas?”, podemos afirmar que, no imediato, a destruição de valor causada pelas políticas de ajustamento foi muito grande, como vimos na revisão de literatura mas que, nos anos que se seguiram à crise, foi possível corrigir desequilíbrios macroeconómicos, reduzir o défice, a dívida e criar emprego. De forma que, ainda que a correlação entre estas medidas e a recuperação subsequente seja difícil de traçar de forma linear, é de supor que, até certo ponto, o ajustamento era necessário de um ponto de vista económico, e alguns dos resultados são positivos. Porém, no que diz respeito à criação de emprego, como referimos, a qualidade dos novos postos de trabalho entretanto criados é inferior à dos destruídos antes da crise, dado que o novo emprego é em geral mal remunerado e precário.

Assim, e respondendo a Q3: “Será que os resultados económicos justificam estas implicações éticas e sociais?” aquilo que, em nosso entender, há que dizer, é que provavelmente não. Isto é, alguns efeitos económicos foram positivos, como mencionámos. No entanto, é de supor que uma política

económica que, no seio da UE, não tivesse imposto tanta contenção orçamental em tão pouco tempo, possivelmente teria não só criado menos sofrimento social como teria evitado uma recessão tão profunda, a fuga de cérebros do país, e os efeitos desiguais a penalizar os mais pobres e o fator trabalho. Assim sendo, e pese embora o facto de o ajustamento ser necessário e ter tido alguns efeitos económicos positivos, como sublinhámos, parece-nos que teria sido preferível fazê-lo de outra maneira, porventura mais lenta, talvez com os sacrifícios melhor distribuídos, e sem beliscar os princípios de ética social que nos parecem essenciais, e que enunciámos acima.

Conclusão

Tendo chegado ao final desta dissertação é importante agora sintetizar as conclusões a que chegamos.

O objetivo desta tese consistiu em tentar perceber quais foram as implicações éticas e sociais das medidas de flexibilização do mercado de trabalho e da austeridade em Portugal no contexto da crise, assim como perceber se os resultados económicos justificaram as implicações éticas e sociais negativas.

Com esse objetivo tivemos de começar por introduzir aos principais conceitos em análise, e perceber e analisar as mudanças que ocorreram desde 2007 com a crise financeira dos EUA, que se tornou na crise das dívidas soberanas no seio da zona Euro e, nesse contexto, na crise em Portugal. Isto permitiu-nos perceber que, face à situação económica portuguesa antes da crise, havia de facto havia medidas que tinham de ser tomadas para tentar corrigir alguns desequilíbrios macroeconómicos, e também visando corrigir o défice crónico da administração públicas.

Foram assim aplicadas diversas medidas, principalmente com a entrada da Troika em Portugal (2011-2014), aplicando-se políticas de forte contenção orçamental e alguma liberalização do mercado de trabalho. Concluimos que existiram resultados económicos positivos no pós-crise o que, por um lado, poderá ter sido facilitado por estas medidas mas, por outro, não só é esta correlação difícil de traçar como também nos parece que a recessão e o sofrimento social poderiam ter sido menos gravosos se o ajustamento tivesse sido feito de outra maneira, mais lentamente, e com uma melhor distribuição dos sacrifícios.

Por outro lado, chegamos à conclusão que existem padrões de ética mínimos que qualquer sociedade e, por extensão, qualquer economia deve respeitar, e que concernem as condições de vida que a comunidade entende como mínimos numa determinada época e local, tendo também em conta a proteção social, e nomeadamente a segurança económica e laboral que permite às pessoas terem alguma capacidade de projetar a sua vida a longo prazo, e manter níveis de bem estar que permitam a expressão das suas potencialidades.

A flexibilização do trabalho veio possibilitar, por exemplo, no domínio da flexibilização horária, que, nas situações mais excessivas ocorra uma limitação da disponibilidade do trabalhador relativamente à programação do seu tempo, que interfere com a sua vida social e familiar. Relativamente à diminuição das compensações por despedimento, desprotegeu-se o desempregado, alguém que, por definição, já está em situação de fragilidade, e sem resultados práticos tendo em conta o objetivo.

Também achamos condenável a culpabilização dos cidadãos pela crise, explicação que é simplista e algo falaciosa, e a desigual e ineficiente distribuição dos sacrifícios entre trabalho e capital, o que é eticamente problemático.

Outra implicação que explorámos foi a gradual transformação do trabalho em trabalho precário, o que também é muito problemático em termos éticos sendo gerador de conflito social, de insegurança, instabilidade familiar e minando a capacidade de os trabalhadores planearem a sua vida, a capacidade de pensar a vida em função de projetos, já que a preocupação com o ganho do sustento diário é permanente, dominando as preocupações do trabalhador.

Contudo, podemos afirmar que o país conseguiu sair da situação onde se encontrava, o PIB conseguiu recuperar os valores que apresentava em 2008 e, apesar das circunstâncias, houve criação de emprego e recuperação de confiança na economia.

Chegados a este ponto, relembra-se que as crises são cíclicas e, a prazo, uma nova crise será porventura inevitável. Talvez seja bom, nessa altura, não

acreditar que, dessa vez, “será diferente”, como apontam Rogoff e Reinhart. Contudo, a trajetória de estabilidade das contas públicas que tem estado a ser assumida nos últimos anos talvez deixe Portugal melhor preparado para a eventualidade dessa crise, e isto apesar de a dívida pública ainda ser muito elevada, e os objetivos de redução da mesma, inscritos no Tratado Orçamental, pouco realistas, dado o baixo nível de investimento público no presente, e a necessidade de inverter esta tendência no futuro.

Contudo, aconteça o que acontecer, é importante ter em mente as lições desta análise que tentámos aqui levar a cabo. A economia não está desligada da ética social, e as análises económicas devem ter isso em conta. Seja qual for o futuro da Europa, ou de Portugal, convém não esquecer que o capital humano é o fator mais importante e que, para evitar futuros processos de *brain drain* e de sofrimento social, é importante criar as condições para que o nível de vida da população vá aumentando ou, se não, pelo menos se mantenha, na medida do possível, estável, e que o rigor das contas públicas sirva para ser colocado ao serviço do bem comum, para que não se caia abaixo dos mínimos de dignidade e de proteção social que defendemos ao longo da tese.

Limitações e Recomendações para Investigações Futuras

Tendo em atenção que esta investigação se revestiu de um carácter qualitativo e desenvolveu uma análise ética, surgem logo algumas limitações. Estas são características inerentes do método adotado: o facto de o sentido recorrer a valores e, por isso, a opção interpretativa poder sempre ser debatida e questionada. Não o vemos como uma fraqueza mas, havendo outras interpretações, as teses desta tese, que tentámos argumentar o melhor possível, estão abertas ao debate.

Concluimos, na maioria dos casos, e nomeadamente nas políticas de ajustamento, que alguns resultados positivos foram alcançados, contudo poderá colocar-se a hipótese de saber se outro tipo de medidas, como medidas com uma maior preocupação social teriam tido resultados mais eficientes e menos causadores de dano social.

Uma segunda limitação consiste na impossibilidade de correlacionar o impacto direto que as medidas tiveram nos resultados, pelo menos numa análise qualitativa. Vimos que a economia global recuperou, os agentes ganharam a sua confiança nos mercados, não se podendo negar a influência disto na recuperação da própria economia portuguesa, sendo normal nas épocas de crescimento a convergência de países menos desenvolvidos.

Assim sendo, uma recomendação que podemos fazer para investigações futuras será analisar através de um modelo quantitativo o impacto que cada uma destas variáveis teve na recuperação da economia portuguesa. Sabemos no entanto que tal análise encontrará diversas dificuldades, nomeadamente ao nível de falta de informação estatística pertinente. Outra recomendação seria igualmente um estudo quantitativo da relação entre a precariedade e o

crescimento económico, o que poderia dar resultados interessantes. Se ficasse provado que a flexibilização laboral não gera necessariamente mais emprego e mais crescimento, então esta tendência poderia ser questionada.

Bibliografia

- Abreu, A. (2011). *As sete vidas do argumentário neoliberal. Le Monde Diplomatique.*
- Abreu, A., Hugo, M., João, R., Gusmão, J. G., Serra, N., Teles, N., ... Mamede, R. P. (2013). *A Crise, a Toika e as Alternativas Urgentes.* (T. da China, Ed.). Lisboa.
- Aristóteles. (2004). *Ética a Nicómaco.* Traduzido por António C. Caeiro,. Lisboa.
- Aristóteles. (2010). *A Política.* Tradução de Nestor Silveira Chaves. 1 ed., São Paulo
- Arnsperger, C., & Parijs, P. Van. (2005). *Ética económica e social.* Afrontamento.
- Avram, S., Figari, F., Leventi, C., Levy, H., Navicke, E., Matsaganis, M., Militaru, E., Paulus, A., Rastringina, O. & Sutherland, H. (2013). *The distributional effects of austerity measures: a comparison of nine EU countries.*
- Berg, B. (2001). "Qualitative research methods for the social sciences". Allyn e Bacon, Boston
- Bodgan, R., & Biklen, S. (1944). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos.* Porto Editora. Porto.
- Boltanski, L., & Chiapello, E. (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme postface inédite.* Paris: Gallimard.
- Brito, A., Campos, A., Silva, A. R., Villalobos, L., Ferreira, L., Pereira, J., ... Samuel, S. (2014). Memorando da troika anotado. *Público.* Disponível em <https://acervo.publico.pt/economia/memorando-da-troika-anotado>
- Carneiro, R. (2016). *A Ética da Dívida.* Universidade Católica Porto Business School.
- Domingues, F. S. (n.d.). "Ética Econômica: Quatro Perspectivas Sobre a Criação" e a Distribuição da Riqueza.
Disponível em <http://cifmp.ufpel.edu.br/anais/1/cdrom/mesas/mesa4/01.pdf>
- Epstein, G. A. E. (2005). *Introduction: Financialization and the World Economy.*

- Cambridge. Disponível em www.bis.org/publ/rpfx02t.pdf
- Ezcurra, R., & Rodríguez-Pose, A. (2014). Trade Openness and Spatial Inequality in Emerging Countries. *Spatial Economic Analysis*, 9(2), 162–182. <https://doi.org/10.1080/17421772.2014.891155>
- Ferreira, A. (2012). *Sociedade da Austeridade e Direito do Trabalho de Exceção* (Vida Econó). Porto.
- Harvey, D. (2005). *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford, Oxford University Press.
- Howard, M. C., & King, J. E. (2004). *The rise of neo-liberalism in advanced capitalist economies: towards a materialist explanation, Chapters, in: The Rise of the Market*. (P. Arestis & M. Sawyer, Eds.). Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing.
- Kant, I. (2005). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. (P. Quintela, Ed.) (Edições 70). Lisboa.
- Klein, N. (2007). The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism. *The Time*.
- Marcelo, G. (2012). Making Sense of the Social: Hermeneutics and Social Philosophy. *Études Ricoeuriennes / Ricoeur Studies*, 3(1), 67–85. <https://doi.org/10.5195/ERRS.2012.131>
- Marcelo, G. (2015). O Novo Espírito do Capitalismo e as Transformações no Mundo do Trabalho. Uma Perspetiva Crítica. *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability*. Disponível em <http://civemorum.com.pt>
- Marcelo, G., & Renaud, M. (2011). *Ética, Crise e Sociedade*. (Humus, Ed.). Vila Nova de Famalicão.
- Martins, N. O. (2009). *Ética, Economia e Sustentabilidade*. Porto. Disponível em https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/2312/4/PRIMA_FACIE_3_1_Etica_Economia_e_Sustentabilidade.pdf
- Marx, K. (1993). *Capital, Vol. III*. London: Penguin.
- Motta, N. de S. (1984). *Ética e vida profissional* (Âmbito Cul). Rio de Janeiro.
- Nakamoto, M., Wighton, D. (2007). Citigroup chief stays bullish on buy-outs.

Financial Times.

- OIT. (2016). "Non-standard Employment Around The World Understanding challenges, shaping prospects". Disponível em www.ifrro.org
- OIT. (2018). "Trabalho Digno Em Portugal 2008–18 Da Crise à Recuperação". Disponível em www.ilo.org/publns
- ONU. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. *Comunicação & Educação*. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i3p13-17>
- Puga, S. D. S. (2016). *Emigração e Sustentabilidade da Segurança Social*. Universidade Católica Porto Business School.
- Rawls, J. (2009). *A theory of justice*. Cambridge, Mass Harvard university press.
- Reinhart, C. M., & Rogoff, K. (2013). *Desta vez é diferente. Oito séculos de loucura financeira*. Lisboa: Atual.
- Reinhart, C. M., & Rogoff, K. S. (2010). Growth in a Time of Debt. Disponível em <https://econpapers.repec.org/paper/nbrnberwo/15639.htm>
- Ricoeur, P. (1990). *Ética e Moral*. (A. C. Amaral, Ed.). Covilhã: Universidade da Beira Interior. Disponível em http://www.lusosofia.net/textos/ricoeur_paul_etica_e_moral_rpf1990.pdf
- Rodrigues, C. F., Figueiras, R., & Junqueira, V. (2016). *estudos da fundação* Coordenador Introdução ao estudo. Disponível em <https://www.ffms.pt/publicacoes/grupo-estudos/1700/desigualdade-do-rendimento-e-pobreza-em-portugal>
- Sen, A. (1989). *Development as capability expansion*.
- Sen, A. (1999). *On ethics and economics*. Oxford University Press.
- Smith, A. (1988). *A Riqueza das Nações*.
- Standing, G. (2011). *The Precariat. The New Dangerous Class*. London and New York: Bloomsbury.
- Supiot, A. (2010). *L'esprit de Philadelphie, La justice sociale face au marché total*. (Ingrid France, Ed.), *La revue lacanienne* (Vol. 13). <https://doi.org/10.3917/lrl.122.113>

- Supliit, A. (2005). "O direito do trabalho ao desbarato no "mercado das normas", págs. 121-144. Coimbra Editora. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2098252>
- Süssekind, A. L. (n.d.). "*Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e seu Anexo (Declaração de Filadélfia)*". In LTr Editora Ltda (Ed.). Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/genericdocument/wcms_336957.pdf
- Thorsen, D. E., & Lie, A. (2006). What is Neoliberalism ?
- Vásquez, A. S. (1998). *Ética* (18.ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Weber, M. (2003). *The Protestant ethic and the spirit of capitalism*. Dover Publications.
- World Economic Forum, W. (2009). *The Global Competitiveness Report 2009–2010*. Geneva. Disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2009-10.pdf
- World Economic Forum, W. (2017). *The Global Competitiveness Report 2017–2018*. Geneva. Disponível em <http://www3.weforum.org/docs/GCR2017-2018/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2017–2018.pdf>